

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

**EDUCAÇÃO PARA O COOPERATIVISMO:
MELHORANDO AS PRÁTICAS SOCIAIS E O
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

ELISANE ROSELI ULRICH

2010



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

EDUCAÇÃO PARA O COOPERATIVISMO: MELHORANDO AS
PRÁTICAS SOCIAIS E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ELISANE ROSELI ULRICH

Sob a Orientação do Professor
Cezar Augusto Miranda Guedes

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

Seropédica, RJ
Setembro de 2010

630.710981

U45e

T

Ulrich, Elisane Roseli, 1979-.

Educação para o cooperativismo:
melhorando as práticas sociais e o
desenvolvimento regional / Elisane
Roseli Ulrich - 2010.

64 f.: il.

Orientador: Cezar Augusto Miranda
Guedes.

Dissertação (mestrado) -
Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Programa de Pós-
Graduação em Educação Agrícola.

Bibliografia: f. 52-54.

1. Ensino agrícola - Brasil -
Teses. 2. Cooperativismo - Teses. 3.
Economia social - Teses. I. Guedes,
Cezar Augusto Miranda, 1954-. II.
Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro. Programa de Pós-
Graduação em Educação Agrícola.
III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

ELISANE ROSELI ULRICH

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 01 de setembro de 2010.



Cezar Augusto Miranda Guedes, Dr. UFRRJ



Robson Dias da Silva, Dr. UFRRJ



Antonio Tadeu Ribeiro de Oliveira, Dr. IGBE

*Ao meu noivo Lauro pela força, dedicação, paciência e
comprometimento.
A minha mãe Leopoldina e ao meu pai Rudi pelo apoio, carinho, e
compreensão na minha ausência.
Dedico.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, ser supremo, razão de toda a existência, pelo amparo e conforto nos momentos de dificuldade e pela graça de me fazer capaz;

A meus pais, Rudi e Leopoldina. De vocês, herdei a mais valiosa das heranças: o exemplo de vida e a retidão de caráter;

A meu noivo, Lauro, por estar a meu lado, sempre, e me receber com um sorriso, mesmo diante de minhas lágrimas;

Ao orientador, professor Cezar Guedes, pelo acompanhamento e valiosas contribuições no decorrer desta pesquisa;

Aos professores Sandra Sanchez e Gabriel Araújo, pela brilhante e iluminada caminhada docente, e pelo belíssimo projeto desenvolvido nesta Universidade;

A todos os colegas de mestrado, especialmente a Sônia, Nelson, Viviane e Vilmar, meu irmão, pelo companheirismo, pela amizade, pela divisão de tarefas, pelo apoio mútuo e bom humor;

Ao IFRS– Campus Sertão, pelo espaço concedido e pela ajuda, sempre solícita, dos seus profissionais;

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, pela estrutura oferecida, pelo aprendizado desenvolvido e pela experiência proporcionada;

A todos que estiveram a meu lado durante esta caminhada, e que, de alguma forma contribuíram para que eu aqui chegasse,

Meu muito obrigada!

RESUMO

ULRICH, Elisane Roseli. **Educação para o Cooperativismo: Melhorando as Práticas Sociais e o Desenvolvimento Regional**. 2010. 64p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ. 2010.

Esta dissertação apresenta o enfoque dado sobre a temática cooperativismo no currículo do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Sertão. Foram analisadas as visões que alunos egressos do Campus possuem sobre o cooperativismo, através de questionário e história oral. O objetivo central da pesquisa buscou identificar a visão e o enfoque dado à temática cooperativismo no Curso Técnico em Agropecuária do IFRS-Campus Sertão e analisar o conteúdo das disciplinas afins com o tema cooperativismo. Esta pesquisa divide-se em cinco seções. Foram consideradas as respostas obtidas da população de amostra, constituída de 40 alunos egressos do curso de Técnico em Agropecuária do IFRS–Campus Sertão, concluintes entre os anos de 1984 a 2008, atuantes em cooperativas da região. Os dados coletados demonstram que a disciplina de cooperativismo é parte integrante do curso, porém, não uma parte principal. Assim, entende-se que exista uma lacuna ou carência de conteúdos no ensino sobre o cooperativismo no IFRS– Campus Sertão. Além disso, os dados apontam para a insatisfação da amostra quanto à falta de vivência prática do cooperativismo durante o curso. Os egressos, neste aspecto, sugerem que sejam implementadas ações que permitam a vivência do cooperativismo, como visitas a cooperativas, estágios e outras formas de ação efetiva para a concretização da teoria vista em sala de aula.

Palavras chave: Cooperativismo; Economia Solidária; Ensino Profissionalizante em Agropecuária.

ABSTRACT

ULRICH, Elisane Roseli. **Education for Cooperativism: Improving social practices and Regional Development.** 2010. 64 pages. Dissertation (Agricultural Education Master's Degree). Agronomy Institute, Federal Rural do Rio de Janeiro University, Seropédica – RJ. 2010.

This dissertation presents the focus given about the thematic cooperativism at the Science and Technology Federal Institute from Rio Grande do Sul- Sertão Campus. The Campus former student's vision about cooperativism was analyzed through a questionnaire and oral history. The central objective of the research tried to identify the vision and the focus given to the thematic cooperativism in the Agriculture and Farming Course at IFRS- Sertão Campus and to analyze the content of the subjects with the topic cooperativism. This research is divided in five sections. It was considered the answers that were obtained from the interviewees - 40 Agriculture and Farming former students at IFRS- Sertão Campus who graduated between 1984 and 2008 and who are working in Cooperatives in the region. The collected data demonstrate that the cooperativism subject is part of the course, although it is not the principal one. Thus, it's concluded that there was a gap or lack of contents in the cooperativism teaching at IFRS- Sertão Campus. Besides, the data points out a dissatisfaction of the interviewees regarding the lack of practical use of cooperativism during the course. In this aspect, the former students suggest the implementation of actions allowing the use of cooperativism, such as with visits to cooperatives, training programs and other forms of effective actions for the concretization of the theory studied in classroom.

Key words: Cooperativism; Solidary Economy; Agriculture and Farming Professional teaching.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Gênero dos alunos egressos	29
Gráfico 2: Cidade onde reside.....	30
Gráfico 3: Localização da residência	30
Gráfico 4: Conhecimento dos princípios	32
Gráfico 5: Vínculo atual com cooperativas	34
Gráfico 6: Participação em assembleias.....	35
Gráfico 7: Frequência de opiniões, questionamento e sugestões.....	36
Gráfico 8: Desvínculo de cooperativas	37
Gráfico 9: Conteúdos desenvolvidos no curso Técnico em Agropecuária	38
Gráfico 10: Carga horária destinada ao cooperativismo no IFRS– Campus Sertão.....	39
Gráfico 11: Vivência do cooperativismo no curso.....	39
Gráfico 12: Estímulo ao desenvolvimento do cooperativismo	40
Gráfico 13: Regularidade de acesso à internet.....	43
Gráfico 14: Formação em Nível Superior.....	44

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização IFRS- Campus Sertão	21
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Direitos e deveres dos cooperados, instituídos pelos Princípios Cooperativistas....	7
Quadro 2: Direitos e deveres dos sócios nas demais sociedades.....	8
Quadro 3: Diferenças entre sociedade cooperativa e sociedade mercantil	9
Quadro 4: Cronologia da disciplina de Cooperativismo no Curso Técnico em Agropecuária do IFRS– Campus Sertão – 1982/2008.....	28

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Ano de formação e participação em cooperativas	31
Tabela 2: Atuação em cooperativas	33
Tabela 3: Motivo do vínculo a cooperativas.....	35
Tabela 4: Dificuldades encontradas na prática cooperativa.....	41
Tabela 5: Dificuldades na difusão do modelo cooperativo	41
Tabela 6: Meio para atualizar-se.....	42
Tabela 7: Sites mais acessados	43

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 SOBRE O CONCEITO DE COOPERATIVISMO	3
1.1 Princípios Cooperativos	6
1.2 Forma de Constituição	8
1.3 Cooperativismo e Formação Profissional.....	9
1.4 Economia Solidária.....	11
2 SOBRE O ENSINO PROFISSIONALIZANTE NO BRASIL	13
2.1 Do Ensino Manufatureiro ao Início do Industrialismo	13
2.2 A Reforma Educacional da Década de 1990	16
2.3 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Campus Sertão	19
3 METODOLOGIA	24
3.1 Do Ensino Sobre Cooperativismo Presente no IFRS- Campus Sertão: Considerações Teóricas.....	24
3.2 Modo, População e Tempo Pesquisados	26
3.3 Cronologia do Tema Cooperativismo no IFRS- Campus Sertão	27
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	29
4.1 Sugestões	45
4.2 Comentários	45
5 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
6 REFERÊNCIAS	52
7 ANEXOS	55
A - Questionário Diagnóstico	56
B - Histórico Escolar com a primeira série em 1982	60
C - Histórico Escolar com a primeira série em 1990.	61
D - Histórico Escolar com a primeira série em 1998.	62
E - Histórico Escolar do Ensino Médio com a primeira série em 2001.....	63
F - Histórico Escolar com a primeira série em 2006.....	64

INTRODUÇÃO

As transformações que a sociedade tem apresentado, sob a influência do neoliberalismo, têm despertado uma exacerbada propensão ao individualismo, estimulando a concorrência e a competição em níveis nunca antes vistos. Um dos contrapontos a essa tendência é o cooperativismo, instituição capaz de unir as pessoas através da cooperação, reagindo às crises e proporcionando melhores condições econômicas e sociais, pois é uma alternativa de geração de trabalho e renda a partir de relações baseadas na coletividade e solidariedade. Ao mesmo tempo, é um sistema econômico, e como tal, deve sobreviver no mercado, o que se configura em um desafio, na atualidade.

Empreendimentos cooperativos são comuns na região onde se localiza o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Campus Sertão (IFRS– Campus Sertão), e tem desempenhado um papel importante no desenvolvimento regional, principalmente da agricultura familiar, fortalecendo o pequeno e médio produtor, incrementando a economia local e regional, através da movimentação de capital no comércio, além de geração de empregos e a possibilidade de crescimento econômico para a região.

O IFRS– Campus Sertão foi criado em julho de 1957 e atua ministrando curso de Educação Básica em nível de Ensino Médio e formação profissional com cursos de nível técnico e também cursos de graduação superior (tecnologias, bacharelados e licenciaturas). Está localizado no município de Sertão, região Norte do Rio Grande do Sul, microrregião de Passo Fundo. Possui uma extensão territorial de 439,5 Km² e uma população de 6.521 habitantes¹, sendo que destes, 3.680 habitantes são residentes na área urbana e 2.841 habitantes, na área rural. Limita-se ao Norte, com os municípios de Ipiranga do Sul e Estação; ao Sul, com o município de Coxilha; ao Leste com os municípios de Getúlio Vargas, Tapejara e Charrua e a Oeste com os municípios de Pontão e Erechim, estando distante da capital do Estado, Porto Alegre, 330 km.

É um município que tem como principais fontes de renda a agricultura (soja, milho e trigo), bacia leiteira, a avicultura e a suinocultura. O comércio é pouco desenvolvido e o setor industrial é inexpressivo (FEE, 2010). No ano de 2007, conforme dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o PIB per capita (Produto Interno Bruto) do município, girou em torno de R\$ 16.720,00 e o IDH² (Índice de Desenvolvimento Humano), segundo dados de 2000 do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), ficou em 0,809, sendo considerado elevado e colocando o município no 120º lugar no ranking do Estado, dentre os 467 municípios existentes em 2000. Ainda, destaca-se que o IDH do Rio Grande do Sul, é de 0,809 (o mesmo índice do município de Sertão), o que o classifica em 3º lugar no ranking nacional e, finalmente, o IDH do Brasil é de 0,757, estando o país no 73º lugar no ranking mundial, segundo os dados do PNUD, coletados em 2000.

Assim, o IFRS– Campus Sertão é um importante centro de formação na área de educação profissional, voltada ao ensino agropecuário. Além disso, é referência regional em pesquisa e experimentação de métodos e ensino de ponta no que tange ao manejo do solo e às

¹ Estimativa em 2009. Dados obtidos da página eletrônica do FEE – Fundação de Economia e Estatística.

² O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um dado utilizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para analisar a qualidade de vida de uma determinada população. Os critérios utilizados para calcular o IDH são: Produto Interno Bruto (PIB) per capita (calculado com base na paridade de poder de compra); educação (taxa de alfabetização da população adulta e número médio de anos cursados na escola); nível de saúde (expectativa de vida da população e taxa de mortalidade infantil). O Índice de Desenvolvimento Humano varia de 0 a 1, quanto mais se aproxima de 1, maior o IDH de um local. Fonte: página eletrônica disponível em <http://www.brasilecola.com>. Acesso em 24 de abril de 2010.

novas tecnologias no tratamento animal. Assim sendo, o IFRS– Campus Sertão forma, além de importantes técnicos, futuros gestores do agronegócio.

Neste contexto, a presente pesquisa propõe-se a investigar qual a relevância que o assunto cooperativismo possui na formação dos alunos do IFRS– Campus Sertão. Sabe-se que há uma carência de profissionais com formação qualificada nas áreas de atuação do agronegócio, bem como à frente da administração da agricultura familiar. Diante disso, torna-se crucial que a formação oferecida aos jovens estudantes de agropecuária enfatize as várias e diferenciadas maneiras de gestão do agronegócio. E o cooperativismo é uma das formas de gestão que, historicamente, vem demonstrando bons resultados. Além disso, existe o fato de que as cooperativas, em geral, são administradas por gestores com escolaridade baixa, sendo poucos aqueles que possuem cursos de qualificação em agropecuária. As razões para tal fato, devem-se, principalmente, à cultura do homem do campo, que, tradicionalmente, dedicou-se ao conhecimento prático, deixando os “estudos” para depois.

Dentro desta óptica, a presente pesquisa justifica-se por tratar de tema relevante e por buscar conhecer qual o enfoque dado ao tema cooperativismo no currículo do IFRS– Campus Sertão. Para tanto, será analisada a visão que alunos egressos do Campus possuem sobre o cooperativismo, através de questionário e história oral. Tais alunos, formados a partir do ano de 2000, atuam nas cooperativas da região, tanto de crédito como agrícolas ou estão à frente das diretorias de cooperativas locais.

Como problema primário para a pesquisa, busca-se responder ao seguinte questionamento: qual o enfoque e a relevância dados ao tema cooperativismo, no currículo do Curso de Técnico em Agropecuária, do IFRS– Campus Sertão? Como objetivo central, busca-se identificar a visão e o enfoque dado à temática cooperativismo no currículo do Curso Técnico em Agropecuária do IFRS- Campus Sertão. Busca-se, ainda, analisar o conteúdo das disciplinas afins com o tema cooperativismo; avaliar a satisfação dos alunos egressos, atuantes em cooperativas, sobre o desenvolvimento da temática do cooperativismo; e deixar sugestões para possíveis melhorias ou inovações no currículo do referido curso.

A presente pesquisa divide-se em cinco seções. Na primeira seção são explanadas as teorias e conceitos existentes sobre o cooperativismo: sua estruturação e especificidades, bem como tópicos sobre a Economia Solidária, no Brasil. Para esta explanação teórica foram utilizadas várias fontes de pesquisa e consideradas as ideias de autores que tratam do tema, dos quais destacam-se Gaiger (2004), Guedes (2003), Singer (2008) e Young (2006).

A segunda seção da pesquisa apresenta o Ensino Profissionalizante no Brasil que, após várias reformas e ajustes, passou a ser regido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e reeditada em 2006. Ainda, é apresentado o histórico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Campus Sertão, desde sua fundação até a realidade atual de sua estrutura física, curricular e de pessoal discente e docente.

A terceira seção da pesquisa apresenta a metodologia empregada para a consecução da mesma, seguindo o esquema de métodos de pesquisa; população, tempo e modos pesquisados e instrumento de coleta de dados. A seguir, o quarto momento do texto revela a apresentação e a discussão dos dados coletados, seguido da conclusão e considerações finais.

1. SOBRE O CONCEITO DE COOPERATIVISMO

A Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências:

Art. 1º Compreende-se como Política Nacional de Cooperativismo a atividade decorrente das iniciativas ligadas ao sistema cooperativo, originárias de setor público ou privado, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse público.

Art. 2º As atribuições do Governo Federal na coordenação e no estímulo às atividades de cooperativismo no território nacional serão exercidas na forma desta Lei e das normas que surgirem em sua decorrência.

Parágrafo único. A ação do Poder Público se exercerá, principalmente, mediante prestação de assistência técnica e de incentivos financeiros e creditórios especiais, necessários à criação, desenvolvimento e integração das entidades cooperativas.

A cooperação entre os seres vivos acontece de forma natural em algumas espécies. Para o homem, a cooperação fica evidente nas formas de cooperativismo, que é uma prática comum de organização e com objetivos muitos variados, mas sempre é uma tentativa de diminuir dificuldades. Oliveira (1979), há três décadas, já dizia que uma das características do cooperativismo é a de que o grupo de associados tem a expectativa de ser beneficiado com os resultados econômicos, sociais e ambientais que o sistema oferece. Sua gestão sugere um grande acordo nas formas de condução das políticas da associação e principalmente a divisão racional dos resultados conquistados pela organização.

Para Gelain (2008), o cooperativismo e o associativismo são práticas muito antigas para o homem, já os povos nômades organizavam-se para caçar e enfrentar longas viagens. Os faraós do império babilônico também tinham formas de cooperação. No império romano havia esta prática na conquista de novos territórios. Na América, os primeiros a trabalhar em sistema cooperativo foram as Nações Astecas e Incas em suas atividades, como construir seus sistemas de irrigação coletivamente, combater pragas e fazer colheitas coletivamente. Nos tempos modernos, as cooperativas foram idealizadas para fazer frente ao sistema capitalista consolidado e seus problemas de exclusão.

Ainda, é Gelain (2008), que explica que a primeira cooperativa moderna foi a de consumo formada na Inglaterra, em 1844, por vinte e oito tecelões de Rochdale – Manchester, num contexto de capitalismo concorrencial em defesa econômica dos trabalhadores. Grande parte dos seus princípios, ainda hoje, são adotados por cooperativas do mundo todo. Os princípios do rochdaleanos são, de acordo com Gelain (2008):

- Adesão livre;
- Gestão democrática;
- Juros limitados ao capital;
- Retorno proporcional às operações;
- Neutralidade política, religiosa e racial;
- Transação a dinheiro;
- Desenvolvimento do ensino em todos os seus graus.

No Brasil, foram fundadas as primeiras cooperativas por volta de 1887, como a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, na cidade de Campinas e a Sociedade Econômica Cooperativa dos Funcionários Públicos de Minas Gerais (consumo e reivindicatória). Sobre as razões para a introdução do

cooperativismo, pode-se citar:

O associativismo ou o cooperativismo, nas comunidades das assim chamadas colônias, sob diversas formas práticas, muitas vezes, ocupava um lugar central na vida das pessoas, especialmente, quando se tratava da venda de seus produtos, de abastecimento das suas necessidades de consumo, ou mesmo, quando se tratava de garantir serviços ou infra-estruturas necessárias e não disponibilizados pelos, quase sempre, inexistentes serviços públicos estatais. A ausência do poder público estatal era, muitas vezes, preenchida pelas iniciativas comunitárias, fundadas na associação e na cooperação, adquirindo, assim, essas práticas uma certa dimensão pública não-estatal (FRANTZ, 2004, p.16).

No Rio Grande do Sul, o pioneiro foi o padre suíço, jesuíta Theodor Amstadt, com a ideia de organizar um caixa de crédito rural, o que aconteceu em 28 de dezembro de 1902, na cidade de Nova Petrópolis, sendo esta a primeira cooperativa de crédito do Brasil. Seu êxito deve-se, em grande parte, ao fato de que os imigrantes europeus, da região, já conheciam práticas de cooperação.

Em 12 de outubro de 1914 é fundada a primeira cooperativa agrícola do Rio Grande do Sul, na cidade de Caxias do Sul, juntamente com um caixa de crédito e tinha como objetivo a organização da produção de vinho e a comercialização do produto em São Paulo. Essas cooperativas podem ser definidas como:

Cooperativas de produtores rurais ou agropastoris e de pesca, cujos meios de produção pertençam ao cooperado (...) objetivam a compra em comum de insumos, venda em comum da produção dos cooperados, prestação de assistência técnica, armazenagem, industrialização, etc. (YOUNG, 2006, p. 30).

De 1913 a 1929, outras cooperativas continuam a ser fundadas no estado do Rio Grande do Sul, mas até 1930 o cooperativismo no Brasil se desenvolve de forma lenta. Somente com a crise econômica mundial de 1929, estimulou-se a emergência de cooperativas, especialmente no sul do país. Em função da crise, o governo passa a utilizar as cooperativas como instrumento de execução de sua política agrícola, com o Decreto Federal nº. 22.239, de 19 de dezembro de 1932³, do Presidente Getúlio Vargas, que regulamentou o funcionamento das cooperativas no país.

A partir de 1945, o governo oferece vários incentivos financeiros e fiscais às cooperativas, surgindo um grande número de cooperativas, principalmente as chamadas tritícolas.

No final do século passado um elemento novo apareceu no cenário econômico e social brasileiro: a economia solidária, principalmente através da autogestão de empreendimentos. Responsável pela existência no país de expressivo número de trabalhadores organizados democrática e igualmente em empreendimentos econômicos (principalmente sob as formas cooperativas autogestionárias), o fenômeno difundiu-se do Oiapoque ao Chuí na década de noventa.

Guedes (2003) explica que a década de noventa, em razão do baixo crescimento e da reestruturação produtiva, acompanhadas pelas mudanças no padrão de desenvolvimento com a abertura comercial, financeira e cambial, apresentou uma inflexão no mercado de trabalho brasileiro: ao contrário do que vinha ocorrendo desde os anos trinta, quando o trabalho com carteira assinada crescia à frente das demais posições na ocupação, o quadro se modifica e o peso relativo do trabalho com cobertura previdenciária recua, ou seja, na população economicamente ativa cresce o emprego precário (baixo rendimento e sem vínculo formalizado), o autoemprego e o desemprego. A informalidade emerge com força e fica mais

³ Fonte: disponível em <http://www.senado.gov.br>. Acesso em 10 de janeiro de 2009.

visível em todo o país. Esse é o quadro mais geral que explica a intensificação da busca de alternativas de ocupação e rendimento ao mercado de trabalho convencional, gerando o marco do que entendemos hoje como economia solidária, onde o cooperativismo tem um papel central.

Assim, as sociedades que se basearam na economia solidária como forma de autogerir-se, buscaram soluções para contornar e superar as crises, somando sinergias no âmbito concreto de novas relações de trabalho, como um elemento a mais na viabilidade dos empreendimentos econômicos contemporâneos. “Trata-se agora de cooperativas urbanas que surgem em grande número, sejam de produção, trabalho, consumo ou crédito, dentro de um movimento cada vez mais combinado entre a sociedade civil e as políticas públicas progressistas” (TAUILE, RODRIGUES, 2004).

Para Singer (2008):

A empresa capitalista tem uma outra finalidade: ela quer produzir lucro. A empresa solidária não quer produzir lucro, ela quer produzir trabalho, renda, para os trabalhadores. É essa a diferença, além do fato de não haver, na empresa solidária, necessidade de supervisão, de mestres, de capatazes ou o nome que se queira, porque as pessoas têm consciência e se vigiam mutuamente: não é possível fazer corpo mole sem que outros percebam (SINGER, 2008).

Hoje, no Brasil, são inúmeras as iniciativas voltadas para a construção de cooperativas autogestionárias, chamadas de cooperativismo popular, onde se engajam trabalhadores excluídos economicamente (desempregados, trabalhadores que deixaram suas ocupações em função dos Planos de Demissão Voluntária e pequenos produtores rurais familiares). Segundo a Organização das Cooperativas do Brasil (2009), os dados referentes ao ano de 2008 revelam que existem 7.682 cooperativas, com 7.887.707 associados, gerando 254.556 empregos. Desse total, a Região Sul comporta 1.455 cooperativas. Mais especificamente, o Rio Grande do Sul comporta 968 cooperativas, com 1.601.337 associados, gerando 44.763 empregos. Segundo dados estatísticos da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras, 2009), a região Sul do Brasil ocupa o 3º lugar em número de cooperativas, com 19% do total, sendo que região Sudeste ocupa o 1º lugar, com 37% do total, seguida da região Nordeste, com 25% do total.

Neste contexto, as cooperativas agropecuárias, no Brasil, somam 1.611, com 968.767 associados, 134.679 empregos diretos e uma participação no PIB agropecuário de 38,4% e representa 47,5% do PIB cooperativo. Mais especificamente, na região Sul do país, as cooperativas agropecuárias somam 380, com 451.883 associados, gerando 92.667 empregos. E, deste total, o Rio Grande do Sul conta com 247 cooperativas agropecuárias, com 268.851 associados, gerando 28.957 empregos (OCB, 2009).

É importante destacar que existem vários tipos de cooperativas que se distinguem pela natureza de seus associados e/ou atividades desenvolvidas, sendo as mais comuns as de produção, consumo e crédito, podendo existir ainda as cooperativas mistas, ou seja, dois ou mais tipos de atividades sendo executados pela mesma empresa. Alves e Milani (2003) descrevem os diversos segmentos do cooperativismo no Brasil, regulamentados pela OCB, que é o órgão máximo de representação das cooperativas no país, e apresentam uma breve descrição da atividade desenvolvida em cada um deles.

- Agropecuário: são cooperativas de produtores rurais e atividades similares e, ainda, de fornecedores de insumos agropecuários;
- Consumo: são cooperativas de consumo, abertas ou fechadas, para compra em escala de produtos, insumos e serviços;
- Crédito: são cooperativas de crédito rural e de crédito urbano, que visam facilitar o acesso ao crédito, com uma taxa de juros baixa e prestações adequadas para o

financiamento de projetos próprios e de compras diversas. Este tipo de cooperativismo surgiu para facilitar o acesso ao sistema bancário pela população, com destaque, às cooperativas de crédito rural que são uma alternativa diferenciada que facilita aos seus cooperados acesso aos serviços financeiros.

- Educacional: são cooperativas de alunos de escolas de diversos graus e pelas cooperativas de pais de alunos;
- Especial: são cooperativas de deficientes mentais, escolares, de menores de 18 anos, de índios não aculturados, de deficientes físicos e de outras pessoas relativamente capazes;
- Habitacional: são cooperativas de construção, manutenção e/ou de administração de conjuntos habitacionais e condomínios;
- Mineração: são cooperativas cujo objetivo é a exploração do minério;
- Produção: são cooperativas de bens de consumo, tais como: eletrodomésticos, tecidos, móveis, produtos mecânicos e metalúrgicos e outros bens de consumo nas quais os meios de produção pertencem à pessoa jurídica e os cooperados formam os quadros diretivo, técnico e funcional da empresa;
- Serviço: são cooperativas que tem como objetivo a prestação de diversos serviços comunitários;
- Trabalho: são cooperativas formadas pela união de diversos profissionais e/ou técnicos que desenvolvam atividade comum, como arquitetos, artesãos, artistas, auditores e consultores, aviadores, cabeleireiros, carpinteiros, catadores de lixo, e outros.

Além das características de segmento, as cooperativas têm um objetivo que é comum a todas, mas que, quanto melhor funciona, mais passa despercebido, que é a função reguladora de mercado. Ricciardi e Lemos (2000) entendem que após a consolidação de uma cooperativa, o normal é que todos os concorrentes regulem seus preços segundo aqueles praticados por esta. Assim sendo, segundo os autores, logo que a cooperativa começa a operar, a diferença entre esta e as empresas mercantis é muito grande e logo notada, mas ao longo do tempo estes concorrentes se adaptam a ela. Há também distorções geradas pelo falho sistema de taxas e tributos vigente no país, que favorece a sonegação e prejudica as cooperativas, pois estas são fiéis contribuintes, ao contrário do que prevalece entre a concorrência, o que às vezes permite até que estes pratiquem preços melhores do que os da cooperativa.

1.1. Princípios Cooperativos

A viabilidade das sociedades cooperativas de trabalho em relação às sociedades mercantis está evidenciada nos princípios cooperativos, sendo estes não estabelecidos em legislação, mas isso não significa que os princípios não existam, conforme afirma Becho (1997), estes princípios apresentam implicitamente no art. 4º da lei nº 5.764/71, os quais apresentam-se em 7 (sete) categorias:

1. Adesão Voluntária: As cooperativas são organizações voluntárias abertas a todas as pessoas com aptidão para prestar serviço e assumirem as responsabilidades como membros, sem discriminação de: sexo, raça, política e religião.
2. Gestão Democrática: As cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomadas de decisões. Os homens e mulheres eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante estes.
3. Participação Econômica dos Membros: Os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Parte desse capital é normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem habitualmente, se houver, uma remuneração limitada ao capital integralizado, como

condição de sua adesão. Os membros destinam os excedentes a uma ou mais das seguintes finalidades:

- a. Desenvolvimento de suas cooperativas, eventualmente através da criação de reserva, sendo algumas indivisíveis;
 - b. Benefício aos membros na proporção das suas transações com a cooperativa;
 - c. Apoio a outras atividades aprovadas pelos membros.
4. Autonomia e Independência: As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se firmarem acordo com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem a capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham autonomia das cooperativas.
 5. Educação, Formação e Informação: As cooperativas promovem a educação e a formação de seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informa o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.
 6. Intercooperação: As cooperativas servem de forma mais eficaz os seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.
 7. Interesse pela Comunidade: As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros.

Mediante exposto, vê-se que a viabilidade das cooperativas se encontra na prestação de serviço e não no lucro conforme determina o artigo 3º da lei nº 5.764/71, onde “Celebram contrato de sociedade as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro”. Polônio (1999) afirma que uma sociedade cooperativa de trabalho tem por finalidade melhorar a remuneração e as condições de trabalho de seus associados, propondo a contratar obras, tarefas, trabalhos, serviços públicos ou particulares, coletivamente ou por grupo, já as sociedades mercantis visam exclusivamente o lucro.

Os serviços prestados tanto em sua forma quanto em sua natureza de contratação, está definida nos artigos 79 e 111 da lei nº 5.764/71, onde assevera Becho (1997), que “o Cooperativismo não é algo novo e as cooperativas foram constituídas para suprir a necessidade do homem”. Para execução desses serviços, os associados apresentam uma certa responsabilidade representada por direitos e deveres.

Quadro 1: Direitos e deveres dos cooperados, instituídos pelos Princípios Cooperativistas.

DIREITOS – SOC. COOPERATIVA	DEVERES – SOC. COOPERATIVA
Votar e ser votado. Participar de todas as operações da cooperativa. Receber retorno de sobras apuração no fim do exercício. Examinar livros e documentos. Convocar assembleia, caso necessário. Pedir esclarecimento ao Conselho de Administração e Fiscal. Opinar e defender suas idéias.	Operar com a cooperativa. Participar das Assembleias Gerais. Pagar suas cotas-partes em dia. Aumentar seu capital na cooperativa. Acatar as decisões da maioria. Votar nas eleições da cooperativa. Cumprir seus compromissos com a cooperativa. Zelar pela imagem da cooperativa.

Fonte: Organização das Cooperativas Brasileiras (2009)

Quadro 2: Direitos e deveres dos sócios nas demais sociedades.

DIREITOS DE OUTRAS SOCIEDADES	DEVERES DE OUTRAS SOCIEDADES
Matrícula no Registro do Comércio. Compra e Venda de Mercadoria. Participação de Sindicatos. Participação de concorrência Pública. Exercício de voto Ativo e Passivo na Junta Comercial. Outorga de Procuração do Próprio Punho, valendo como instrumento público. Requerimento da própria falência ou de seu devedor. Proposição de Concordata Preventiva.	Registro na Junta Comercial. Registro de Operação Contábil nos Livros. Conservação de todos os documentos, correspondência e todos os papéis referentes ao Comércio. Fazer Balanço Geral Ativo e Passivo anual. Registrar no Registro do Comércio, todos os documentos exigidos por lei, dentro de 15 dias úteis, salvo se a lei determinar prazo diverso.

Fonte: Schneider e Wackerritt, 1996.

1.2. Forma de Constituição

O artigo 4º da lei nº 5.764/71 conceitua:

Art. 4º As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características.

- I. Adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviço.
- II. Variabilidade do Capital Social representado por quotas-partes.
- III. Limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critério de proporcionalidade, se assim for mais adequado, para o cumprimento dos objetivos sociais.
- IV. Inacessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos a sociedade.
- V. Singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério de proporcionalidade.
- VI. Quórum para funcionamento e deliberação da Assembléia Geral baseado em números de associados e não no Capital.
- VII. Retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente as operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral.
- VIII. Indivisibilidade dos Fundos de Reservas e de Assistência Técnica Educacional e Social.
- IX. Neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social.
- X. Prestação de assistência aos associados, e, previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa.
- XI. Área de admissão de associados limitada às possibilidades de reuniões, controle, operações e prestação de serviços.

De acordo com artigo 5º da lei nº 5.764/71, as cooperativas devem conter a expressão **COOPERATIVA** em sua denominação podendo ser classificadas em: Cooperativas Singulares, Centrais ou Federações e Confederações. E considerando o teor do artigo 15 da Lei nº 5.764/71 - O ato constitutivo deverá ser realizado mediante Assembléia Geral, que é a forma primeira quando da constituição de uma cooperativa, para a determinação de toda a lei orgânica que a regerá. A Assembléia Geral é o órgão máximo de administração da sociedade e decisão dos negócios sociais. Nesta Assembléia Geral, primeira do ato constitutivo, sob pena de inutilidade, deverá ser declarado:

- A denominação da entidade, sede e objeto de funcionamento.

- Nome, nacionalidade, idade, estado civil, profissão e residência dos associados, fundadores que o assinaram, bem como o valor e número de quotas-partes de cada um.
- Aprovação do estatuto⁴ da sociedade.
- Nome, nacionalidade, estado civil, profissão e residência dos associados eleitos para os órgãos de administração, fiscalização e outros.

Ainda, sobre as Assembléias, é importante que se destaque que é a partir de sua periodicidade e participação expressiva dos membros da cooperativa, que deverão ser tomadas as decisões pertinentes, as determinações e alterações estatutárias que se fizerem necessárias e definidas as deliberações a serem executadas, razão pela qual torna-se imperativo a participação dos cooperados nas Assembléias Gerais. A periodicidade das Assembléias deverá ser definida pelos cooperados, podendo, além das Assembléias Gerais, serem os cooperados convocados para as Assembléias Extraordinárias que se fizerem necessárias.

Para Bulgarelli (1999, p. 22), o conceito de sociedade comercial apóia-se no Código Civil, no seu artigo 1.363, e é definida como: “contrato mediante o qual duas ou mais pessoas se obrigam a prestar certa contribuição para o fundo social destinado ao exercício do comércio, com a intenção de partilhar os lucros entre si”. Para melhor visualização das diferenças entre a sociedade cooperativa e a sociedade comercial ou mercantil, apresenta-se o quadro 3.

Quadro 3: Diferenças entre sociedade cooperativa e sociedade mercantil

SOCIEDADE COOPERATIVA	SOCIEDADE MERCANTIL
O principal é o homem. O cooperado é sempre dono e usuário da sociedade. Cada voto conta como um voto na assembléia. O controle é democrático. É uma sociedade de pessoas que funciona democraticamente. As cotas não podem ser transferidas a terceiros. Afasta o intermediário. Os resultados retornam aos sócios de forma proporcional às operações. Aberta à participação de novos cooperados. Valoriza o trabalhador e suas condições de trabalho e vida. Defende preços justos. Promove a integração entre as cooperativas. O compromisso é educativo, social e econômico.	O principal é o capital. Os sócios vendem seus produtos e serviços a uma massa de consumidores. Cada cota ou ação conta um voto na assembléia. O controle é financeiro. É uma sociedade de capital que funciona hierarquicamente. As cotas podem ser transferidas a terceiros. São, muitas vezes, os próprios intermediários. Dividendos retornam aos sócios proporcionalmente ao número de ações. Limita, por vezes, a quantidade de acionistas. Contrata o trabalhador como força de trabalho. Defende o maior preço possível. Promove a concorrência entre as sociedades. O compromisso é econômico.

Fonte: MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), 2008.

1.3. Cooperativismo e Formação Profissional

A deturpação dos princípios rochadaleanos, na gestão das cooperativas criadas a partir de 1845, propiciou a corrupção, a falta de transparência e as práticas antidemocráticas. Além disso, há a falta de participação e de manipulação de pessoas que não entendem ou não compreendem muito bem os princípios cooperativos. Neste sentido, é bom lembrar o professor Paulo Freire (1921-1997), que dizia que a educação torna as pessoas portadoras de

⁴ O estatuto de uma cooperativa é fruto de sua constituição. Ele é construído já nas primeiras reuniões para a fundação da cooperativa e define seus objetivos, forma de administração, divisão de tarefas, os fins para as despesas e os lucros, entre outros assuntos. Este documento pode ser alterado através de Assembléia Geral dos Associados e constitui-se como o documento maior da cooperativa.

sua própria autonomia.

Neste contexto, o cooperado não tem influência nos espaços de decisão das políticas a serem adotadas pela cooperativa e passa a ser um fornecedor e consumidor de produtos (cliente). Este fato abre espaço para que grupos de produtores, sindicatos e igrejas comecem a discutir um novo princípio para o cooperativismo que é a solidariedade, e a recuperação dos princípios cooperativos “esquecidos” em muitas das grandes cooperativas, principalmente as de produção e de crédito, o que faz aflorar um número razoável de novas cooperativas, geralmente ligadas a propostas consideradas em termos políticos como as de esquerda.

As chamadas cooperativas populares encontram grandes dificuldades, não de gestão, mas de pressões do grande capital, seja ele individual, empresarial ou cooperativo. As cooperativas populares, além de fazerem a disputa no campo das ideias, começam a fazer a disputa econômica, não com o objetivo de concentrar, como determina o capitalismo, mas com o objetivo da distribuição. Assim torna-se uma prática incômoda para grupos que monopolizaram o sistema cooperativo chamado tradicional, com o objetivo de obter privilégios, sendo o cooperado membro importante para manter a estrutura cooperativa, sustentando-a política e economicamente.

Organizações cooperativas são fenômenos sociais complexos que nascem da articulação e da associação de indivíduos que se identificam por interesses ou necessidades comuns, buscando o seu fortalecimento pela organização e instrumentalização, com vistas a objetivos e resultados específicos, normalmente, de ordem econômica. Porém, para além das questões econômicas, no espaço da organização cooperativa, se fazem presentes questões sociais, políticas e culturais que perpassam a sua natureza associativa e o seu caráter instrumental (FRANTZ, 2004, p. 2).

Do ponto de vista da formação profissional, muitas vezes as cooperativas gastam razoáveis quantidades de recursos para formar profissionais que atendam seus interesses. Trazer essas necessidades para dentro da escola, além de garantir uma associação mais forte entre essas duas instituições, permitirá que os técnicos tenham uma formação melhor, que, talvez, leve em conta não apenas o interesse da diretoria ou dos setores hegemônicos da cooperativa. Esse ponto merece uma atenção especial, pois como bem nos ensina o mestre:

[...] a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto ao seu desmascaramento. Dialética e contraditoriamente, não poderia ser a educação só uma ou só outra dessas coisas. Nem apenas reprodutora, nem apenas desmascaradora da ideologia dominante (FREIRE, 2005, p. 98).

Fica claro que a discussão do perfil profissional não deve ser uma via de mão única, algo como um curso “sob encomenda” para o setor cooperativo, em que cabe a escola apenas atender demanda. Em seu fazer educativo é necessário que esse assunto possa ser submetido ao rigor crítico e a abordagem ampla que uma instituição dessa natureza tem obrigação de realizar, permitindo que seus educandos tenham uma formação mais ampla possível, articulando o conhecimento da realidade e a produção real de existência. Partindo da premissa que possa ser estabelecida uma relação em que a prática e a teoria, a ação e a reflexão possam ocorrer, que não se tenha apenas treinamento, certamente a escola e o cooperativismo podem avançar na construção de um desenvolvimento regional mais justo e solidário, melhorando e potencializando a ação das cooperativas e permitindo à escola cumprir com a função e a expectativa que a comunidade regional espera.

1.4. Economia Solidária

Atualmente, utilizam-se indiscriminadamente diferentes termos e definições como economia social, economia solidária, economia popular, economia informal, economia paralela, movimento alternativo, terceiro setor, dentre outros, para designar uma gama de movimentos e organizações coletivas de produção, de trabalho, de crédito, de habitação, de consumo, etc. (OLIVEIRA, 2006).

A terminologia mais utilizada é a “economia solidária” que, seguindo a tendência européia, surge no contexto atual de crise do trabalho e especialmente do emprego. Trata-se não de um conceito fechado, mas de uma noção aberta, pois se pauta pela distribuição, ao invés da restrita acumulação de lucro. É, portanto, uma economia pensada e organizada em outros termos, tendo como grande valor a cooperação, não a competição (OLIVEIRA, 2006).

A Economia Solidária seja por meio de associações, cooperativas ou atividades solidárias ganha cada vez mais espaço no Brasil. Um novo solidarismo popular expressa-se na prática e no ideário de um número crescente de empreendimentos econômicos, levados à frente por trabalhadores premiados pela falta de alternativas de subsistência ou motivados por suas convicções. Esses empreendimentos se organizam das mais diversas formas, em associações informais ou grupos comunitários de produção, cooperativa e pequenas empresas (GAIGER, 2004).

O termo Economia Solidária serve para denominar o conjunto de empreendimentos e organizações que buscam coletivamente a produção de bens e serviços essenciais à sua sobrevivência, agregando os princípios essenciais do cooperativismo formulados em 1844, como a relação um membro/um voto, independentemente do capital investido; autonomia de gestão com relação tanto ao poder público, como ao capital privado; prioridade ao trabalho e às pessoas e não ao capital; necessidade de discussão coletiva dos critérios relativos à remuneração e a propriedade coletiva do empreendimento (OLIVEIRA, 2006).

No Brasil, o termo Economia Solidária destacou-se principalmente com os trabalhos do economista Paul Singer, entre outros autores. Formada por diversas unidades que desenvolvem atividades econômicas e criam redes em expansão, a Economia Solidária é constituída, segundo Singer *apud* Ferreira (2005), por empreendimentos formais e informais, caracterizados pela autogestão e pela socialização dos meios de produção e distribuição. Suas unidades básicas são cooperativas de produção, de consumo, de comercialização, de crédito, etc., onde não há separação entre capital e trabalho.

Os empreendedores da Economia Solidária se diferenciam, desse modo, na sua forma organizacional. Seguindo os princípios da autogestão e de cooperação, o capital da empresa, em especial os meios de produção, são propriedades dos próprios trabalhadores, que gerenciam e administram o empreendimento com democracia e igualdade de direitos na tomada de decisão (FERREIRA, 2005).

A Economia Solidária surge no espaço intermediário entre Estado, mercado e setor informal, através das famílias, comunidades e redes que exercem um papel político e social, não apenas econômico (OLIVEIRA, 2006). Ela é considerada um passo concreto, indispensável para dar credibilidade e gerar intensa adesão social aos propósitos de uma nova arquitetura mundial, prova necessária para evitar apenas o oferecimento de uma ideologia mistificadora, de alternativas inaplicáveis (GAIGER, 2004).

O que ganha importância nesse caso é a capacidade de coordenação dos atores sociais diante das alterações no interior do sistema produtivo, ressaltando o papel da governança na economia política local (POCHMANN, 2004). Segundo o autor, tudo isso não deve se encontrar deslocado do contexto macroeconômico nacional que exerce importante

determinação sobre as possibilidades do avanço ou retrocesso do desenvolvimento local ou regional.

A população demanda cada vez mais atenção, especialmente nos municípios menores do interior, exige mais qualidade, está cada vez mais esclarecida quanto aos seus direitos e quer que os produtos e serviços sejam adequados às suas necessidades. O espaço para ‘pacotes prontos’ está cada vez menor (BROSE, 2000). O quadro atual da economia mundial tem apontado nos sentidos de três grandes vetores: no plano econômico, a globalização e a consequente competição internacional; no plano social, a regionalização, até como resposta aos efeitos da globalização econômica que obriga os países a reduzirem seus custos e “saírem” do assistencialismo e, por fim, no plano político, a descentralização, pois cada região necessita de flexibilidade para arranjar seus fatores e tornar-se competitiva (CASAROTTO FILHO e PIRES, 2001).

Hoje o governo brasileiro conta, entre suas secretarias, com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) iniciada em 2004, que tem como órgão o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). No âmbito do SIES, de acordo com seu Termo de Referência, compõem os principais atributos da economia solidária (SÁ, 2005):

a) Cooperação: existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária sobre os possíveis ônus. Envolve diversos tipos de organizações coletivas: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumidas pelos trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens, etc.); clubes de trocas, etc. Na maioria dos casos essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares.

b) Autogestão: os participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas do empreendimento, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, etc. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação.

c) Dimensão Econômica: é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.

d) Solidariedade: o caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e na melhoria das condições de vida dos participantes; nas relações que se estabelecem com o meio ambiente, expressando o compromisso com o meio ambiente sustentável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentado da base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Os princípios de economia solidária são importantes para definir o funcionamento de empresas solidárias no Brasil.

2. SOBRE O ENSINO PROFISSIONALIZANTE NO BRASIL

Diversos estudos privilegiam o ano de 1942 como o marco da história do ensino profissionalizante no país. No entanto, estes estudos não resgatam o sentido de continuidade do processo histórico. A imagem que fica é a de que a partir de 1942, o ensino profissionalizante e a sociedade, tomaram o rumo que leva à igualdade social. Neste texto, objetiva-se mostrar o que muda e o que permanece, ainda nos dias de hoje, ressaltando como o ensino profissional foi criando uma identidade voltada para as necessidades estritas do mercado. Observa-se, com isto, que por trás das ideias existe a premência de manter as desigualdades, apesar de o trabalho tornar-se imprescindível para a organização da sociedade.

Trata-se, portanto, de entender a formação humana no contexto histórico e entendê-la por meio das articulações políticas de desenvolvimento industrial do país. Neste sentido, a escolha teórica não é neutra, pois:

Em nenhum plano, mormente o ético, se justifica teorizar por teorizar ou pesquisar por diletantismo. E isto é bom frisar, não é a mesma coisa do que assumirmos uma perspectiva pragmática, imediatista e produtivista. Preferimos então, desde já, situar-nos na perspectiva que reafirma o materialismo histórico, no horizonte posto por Marx" (FRIGOTTO e CIAVATTA, 2005, p. 26).

Isto é, entende-se que as concepções ontológicas e teóricas do processo histórico elaboradas por Marx e Engels - e desenvolvidas posteriormente por marxistas, como Antonio Gramsci - são a base para analisar e apontar a natureza e especificidade das relações capitalistas, no que concerne à problemática do trabalho e da educação. Neste sentido, a categoria Trabalho é o eixo de compreensão das relações sociais e dos processos educativos.

2.1. Do Ensino Manufatureiro ao Início do Industrialismo

A partir da criação do Sistema Nacional de Ensino surge o corporativismo, isto é, a articulação entre esferas pública e privada, no que diz respeito à formação da força de trabalho para atuar na área da indústria. No contexto do fechamento do sistema político que precede o golpe de Estado, em 1937 - o Estado Novo -, se inicia o corporativismo que incorpora o patrimonialismo existente, consagrando, assim, uma nova modalidade de interdependência entre público e privado.

A partir de 1942, inicia-se a organização sindical - prevista na legislação, em consonância com as reivindicações da classe trabalhadora - cuja realização plena se dá com a mudança do contexto político nacional e internacional, que apontava a transição para o regime liberal-democrático do pós-guerra.

Neste mesmo ano, o então Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, implementa uma série de reformas - as Leis Orgânicas do Ensino -, que flexibilizam e ampliam as reformas iniciadas na gestão de Francisco Campos. Cabe ressaltar que o legado do colonialismo, da Primeira República e dos primeiros anos da década de 1930, a partir do qual foi montado o aparelho escolar de formação da força de trabalho industrial do Estado Novo, tem desdobramentos encontrados na reforma educacional dos anos 1990.

Neste sentido, cabe mencionar que no tempo da Colônia e do Império o ensino artesanal e manufatureiro é destinado, conforme explica Frigotto e Ciavatta (2005), aos órfãos, aos abandonados, aos delinquentes, enfim, a quem não podia opor resistência a um ensino que preparava para o exercício de ocupações socialmente definidas como próprias de escravos - e, se essa exclusividade não existia, pelo menos o fato ou a suposição de que os

escravos exerciam tais ocupações já era sinal de que elas deveriam ser evitadas pelos homens livres, até mesmo para marcarem sua distinção da condição escrava.

Antes de 1914, a maioria dos produtos industrializados empregados no Brasil era importada. Durante a Primeira Guerra Mundial as dificuldades de importação cresceram, forçando o país a instalar novas indústrias. À falta de material estrangeiro, abria-se à indústria nacional o monopólio dos mercados internos; além disso, surgia a possibilidade da entrada de nossos produtos em outros países. E houve uma ânsia de produção. Por toda parte surgiam novas fábricas, novas indústrias (FRIGOTTO e CIAVATTA, 2005, p. 4).

A partir daí, e até as décadas de 20 e 30 do século XX, a complexificação da maquinaria trazida, pelo processo de industrialização, passa a exigir mão-de-obra qualificada, obrigando, de imediato, a busca de operários no exterior. Esta solução de caráter imediatista trouxe dois inconvenientes. Primeiro, os operários contratados não transferiam seus conhecimentos aos trabalhadores locais, tomando para si o poder de operação das máquinas, o que acarretava aumento do valor da sua força de trabalho. Segundo, traziam consigo práticas e ideias, consideradas contra a ordem estabelecida, como, por exemplo, a ideia da organização sindical, paralisação da produção, como poder de barganha pela melhoria de salários, das condições de trabalho.

Neste sentido, surge a valorização do trabalho "do elemento nacional", ou seja, é preciso valorizar a busca da qualificação profissional como algo que dignificava o trabalhador, algo que ele desejasse para seus filhos, não como um destino fatal, mas como algo dotado de valor próprio. "Para tanto, o ensino profissional teria de deixar de ser destinado aos miseráveis, órfãos, abandonados e delinquentes" (SOUZA, 2004, p.5).

À mudança de ideologia aliam-se as exigências, oriundas do processo produtivo da indústria e dos transportes ferroviários, de trabalhadores que atendessem aos requisitos do taylorismo-fordismo. Portanto, a qualificação dos trabalhadores não poderia resultar de processos aleatórios, o que imputou os mecanismos de seleção, testes de aptidão e psicotécnicos, não só na prática, como também, no discurso do ensino profissional no Brasil (ALVES, 2002).

Neste cenário, observa-se que a burguesia industrial que vinha se consolidando já trazia em si a ideia do "homem certo" para o "lugar certo", para a qual seriam indispensáveis o ensino metódico e a aplicação de exames psicotécnicos, promovendo, assim, a seleção dos mais capazes. Os exames psicotécnicos serviriam, também, para evitar a contração de 'agitadores', medida convergente com a adoção de fichas de identificação datiloscópica destinadas a evitar a reentrada, nos quadros da empresa, de trabalhadores despedidos por razões políticas ou outras (ALVES, 2002).

No período de 1930 a 1945 - Primeiro Governo Vargas -, a burguesia industrial se consolida e se constitui com interesses específicos, formando um bloco hegemônico e se firmando no cenário econômico e político, atuando como grupo de pressão na construção de uma sociedade urbano-industrial e na consolidação do capitalismo industrial no Brasil. O início dos anos 1930 é coroado pela existência de vários projetos de construção de nacionalidade, alguns modernizantes, outros reacionários, mas todos valorizando o papel que a educação deveria cumprir na execução do projeto, coerente à ideologia (SOUZA, 2004).

Cabe salientar, que a Reforma da Educação de 1930, conhecida como Reforma Francisco Campos, foi a primeira a estruturar o ensino em todo território nacional e contava com uma série de iniciativas centralizadoras, incluindo a inspeção federal. Isto demonstra o caráter "modernizador-conservador" do Estado que se opunha ao Estado Liberal da República Velha, cuja estrutura educacional caracterizou-se pela descentralização e ausência de política nacional. É importante ressaltar, também, que, na criação do Sistema Nacional de Ensino

acontecida nos anos de 1930, com a Reforma Francisco Campos, são estabelecidos dois ramos paralelos de ensino: o ramo do ensino secundário, dividido em dois ciclos, sendo que o segundo deixa de ser "preparatório" para as faculdades, transformando-se em um nível de ensino que oferece habilitação para o ingresso no ensino superior; e o ramo do ensino médio profissional, também dividido em dois ciclos, destinados ao ensino comercial com caráter de terminalidade (SILVA e INVERNIZZI, 2007).

Portanto, o Estado Novo (1937 - 1945) assume, junto à industrialização, novo projeto de desenvolvimento para o Brasil. São aplicadas então duas medidas estratégicas. A primeira é a criação das escolas técnicas nacionais, reproduzindo em seu interior o ambiente fabril, como se tentava fazer desde as antigas escolas de aprendizes artífices criadas em 1909, garantindo, assim, a formação de operários. A segunda é a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (mais tarde, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial-SENAI), (SILVA e INVERNIZZI, 2007).

Deste modo, a educação profissional se formaliza em um sistema paralelo ao ensino secundário, o que demonstra a permanência da herança deixada pelo Brasil Colônia e Império, no que diz respeito às necessidades da divisão social do trabalho, da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual e, ainda, da ideia de que deve haver uma educação para a classe dominante e outra para a classe trabalhadora.

Em 1961, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 4.024, de 20 de dezembro. A LDB/61 foi o resultado da vitória das forças conservadoras e privatistas e trouxe sérios prejuízos à distribuição de recursos públicos e à ampliação das oportunidades educacionais. Alves (2002) considera que, com ela, começa o ciclo das leis de diretrizes e bases. A Lei nº 4.024, de 1961, a primeira lei geral de educação, permitiu a descentralização da educação da esfera federal para a estadual, com a institucionalização dos sistemas de educação e recriação dos Conselhos de Educação com funções normativas. Ainda na vigência desta LDB, foram instituídos o salário-educação e a pós-graduação e permaneceu, com força aumentada a aprendizagem de ofícios industriais associando escola e empresa, e a entidade em que ela se desenvolve de forma mais acabada - o SENAI.

Cabe ressaltar que, em relação à educação profissional, como um todo, os resultados mostram talvez mais avanços que retrocessos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 trouxe uma alteração significativa: a completa equivalência dos cursos técnicos ao ensino secundário, permitindo aos alunos oriundos dos cursos técnicos ingressarem em quaisquer cursos superiores.

Desde a criação da LDB/61, muitos processos fizeram parte do cenário da educação nacional. Passando-se pelo golpe militar, em 1964, que reduziu drasticamente as ofertas de cursos mais holísticos, voltando-se a educação para a concepção utilitarista, até a abertura política em 1988, com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Esses processos imprimiram características diversas para a educação, especialmente, a educação pública e profissionalizante. Frigotto e Ciavatta (2005) dizem que “antes da denominada 'era FHC' o Brasil experimentou uma década de intensos debates na travessia da ditadura civil-militar para a redemocratização”. O centro desses debates foi canalizado pelo processo constituinte e, em seguida, pela elaboração da nova Constituição (1988).

Assim, pode-se dizer que o capítulo da ordem econômica e social incorporou amplas teses do projeto de desenvolvimento 'nacional-popular' e logrou ganhos significativos na afirmação de direitos econômicos, sociais e subjetivos. É neste contexto que os educadores, mediante suas instituições científicas, culturais, sindicais e políticas, que resistiram no período ditatorial, protagonizam inúmeras experiências em prefeituras e depois em alguns estados e iniciam a construção do projeto da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e do Plano Nacional de Educação (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2005).

2.2. A Reforma Educacional da Década de 1990

Diversos autores apontam que as últimas décadas do século XX e o início do século XXI vêm marcados por profundas mudanças no campo econômico, sociocultural, ético-político, ideológico e teórico. A economia transnacional tornou-se uma força global efetiva, gerando as empresas transnacionais, denominadas multinacionais, a nova divisão internacional do trabalho e o aumento de financiamento *offshore*. Contudo, o Capital entra em crise, seu sistema de produção fora transformado pela revolução tecnológica, globalizado ou 'transnacionalizado' em uma extensão extraordinária e com consequências impressionantes no mundo do trabalho, levando ao enfraquecimento do Estado-Nação (ALVES, 2002).

No Brasil dos anos de 1990, a posse de Fernando Collor de Mello na Presidência da República inicia a implementação do modelo inaugurado por Magareth Thatcher, há uma década. Este modelo mostra a sintonia e a conexão entre a exaltação às forças de mercado e a hegemonia conservadora sobre as formas de consciência social e suas ressonâncias com as práticas educativas. Repetindo a ideologia salvacionista de governos anteriores, atribui-se à educação o poder de sustentação da competitividade.

Neste contexto, Frigotto e Ciavatta (2005) explicam que vasta documentação emanada de importantes organismos multilaterais propalou esse ideário mediante diagnósticos, análises e propostas de soluções consideradas importantes a todos os países da América Latina e Caribe, tanto no que se refere à educação quanto à economia. As bases para o projeto de educação em nível mundial foram determinadas na Conferência Mundial sobre Educação para Todos realizada em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 março de 1990, cuja meta "viável" é a satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem (NEBAS) entendendo que a educação pode contribuir para conquistar um mundo mais seguro, mais sadio, mais próspero e ambientalmente mais puro, que, ao mesmo tempo, favoreça o progresso social, econômico e cultural, a tolerância e a cooperação internacional. Posteriormente, no ano de 2000, foi realizado O Marco de Ação de Dakar, em Dakar, Senegal, no período de 26 a 28 de abril, no qual os participantes da Cúpula Mundial de Educação comprometeram-se a alcançar os objetivos e metas de Educação para Todos (MAUÉS et.al, 2008).

A função ideológica do conceito de Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, lançado pela Conferência de Jomtien, encontra boa acolhida por partes dos denominados "arautos da reforma", elaboradores do Plano Decenal da Educação para Todos, no Governo Itamar Franco, sucessor de Collor de Mello. Simultaneamente à derrotada de Collor de Mello, Itamar Franco abre espaço para que o então candidato à Presidência da República, Fernando Henrique Cardoso, construa a hegemonia e chegue ao poder, derrotando o candidato do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva. Neste cenário, a correlação de forças no Congresso Nacional é alterada, modificando-se o rumo do projeto de LDB delineado pelo movimento popular dos anos de 1980 (MAUÉS et. al., 2008).

Comentários de Saviani (2003), apud Maués (et.al, 2008), dizem que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96, promulgada em consonância com a ideologia neoliberal de valorização dos mecanismos de mercado, descentralização, privatização, desregulamentação das leis trabalhistas, "é uma 'LDB minimalista', compatível com o Estado mínimo" (SAVIANI, 2003 apud MAUÉS, et.al., 2008).

Certamente essa via foi escolhida para afastar as pressões das forças organizadas que atuavam junto ou sobre o Parlamento de modo a deixar o caminho livre para a apresentação e aprovação de reformas pontuais, tópicas, localizadas, traduzidas em medidas como o denominado 'Fundo de Valorização do Magistério', os 'Parâmetros; Curriculares Nacionais'; a lei de reforma do ensino profissional e técnico; a emenda constitucional relativa à autonomia universitária, além de outras como os mecanismos de avaliação mediante provas aplicadas aos alunos do ensino

fundamental e médio e o 'provão' para os universitários (SAVIANI, 2003, apud MAUÉS, et.al., 2008, s/p).

Considerando as reflexões feitas até aqui, verifica-se que a crise do capital e as transformações no processo produtivo, na década de 1970 nos países Centrais e no Brasil na década de 1980, imputaram novas demandas em relação à educação. A partir dos anos 1990, a adoção pelo Estado de novo modelo de política econômica e forma de apropriação dos novos paradigmas tecnológicos e organizacionais do trabalho representou o elemento norteador de novos discursos e demandas em relação à educação básica.

O Capital coloca a necessidade de serem efetivadas alterações significativas na educação, envolvendo desde as políticas públicas educacionais, até o funcionamento dos sistemas de ensino, suas concepções, o currículo dos cursos etc.; enquanto o Trabalho responde, predominantemente, às pressões das transformações econômicas e tecnológicas com elevação e persistência das taxas de desemprego estrutural, proliferação de oportunidades ocupacionais e condições de trabalho de pior qualidade, cristalização dos baixos rendimentos das massas.

Neste contexto, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BIRD) subsidiam a reforma do ensino médio e técnico no Brasil, na qual foram utilizados vários instrumentos legais, tais como: o Decreto nº 2.208/97, a Portaria do MEC nº 646/97 e a Portaria do MEC nº 1.005/97. Esta última Portaria criou o Programa de Reforma da Educação Profissional (PROEP), disponibilizando recursos financeiros às instituições que apresentassem projetos para reforma predial (salas de aula, salas-ambiente, laboratórios) e aquisição de equipamentos, o que significou a aceitação da Reforma do Ensino (SILVA e INVERNIZZI, 2007).

O Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, - regulamentador do § 2º do art. 36 e dos artigos 39 a 42 da nova LDB - estabeleceu que "a educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este" (artigo 5º). Deste modo, os cursos técnicos de 2º grau, que até então eram oferecidos de forma integrada, passam, a partir de 1998, a funcionar em dois segmentos distintos: ensino médio e educação profissional de nível técnico (SILVA e INVERNIZZI, 2007).

No âmbito destes instrumentos legais, as instituições de ensino foram então obrigadas a aumentar gradativamente o número de vagas nos cursos da educação profissional de nível técnico em detrimento do número de vagas no ensino médio. Estaria consolidada, desta maneira, a reforma das escolas técnicas das redes estaduais e da rede federal de ensino.

A proposta governamental apontava, ainda, que as instituições federais de educação tecnológica ofereceriam apenas educação profissional, devendo seus alunos cursar o ensino médio em outra instituição de ensino. Para a implantação desta proposta foi definido um período de transição, durante o qual estas instituições foram "autorizadas a manter o ensino médio, com matrícula independente da educação profissional, oferecendo o máximo de 50% do total de vagas oferecidas para os cursos regulares em 1997" (Art. 3º da Portaria nº 646 do MEC, 14/05/1997 apud MAUÉS et.al., 2008).

Para justificar tal Reforma, o discurso do governo, à época, passa pela elitização do acesso aos cursos técnicos de nível médio, pelo fato de muitos dos alunos não se interessarem por sua profissionalização, mas, sim, por se utilizarem destas instituições de ensino, como meio de ingresso na universidade. E mais: a separação entre o ensino médio e ensino técnico conduziria para este último os alunos realmente interessados e, ou, necessitados de uma formação profissional, ou, ainda, àqueles que já se encontram na "empregabilidade" oferecer a possibilidade de uma melhor qualificação.

Até 1997, os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e as Escolas Técnicas Estaduais (FAETECs) ofertavam o ensino profissionalizante de forma integrada, ou

seja, a formação geral e a formação específica em um único currículo, em apenas um turno. Com o Decreto nº 2.208/97, estas instituições de ensino foram obrigadas a oferecer as duas formações separadamente: a formação geral caberia à educação básica no ensino médio e a formação específica à educação profissional. Deste modo, a oferta de ensino se adequou à forma da Lei, como, também, as práticas escolares, os espaços e tempos (MAUÉS et.al., 2008).

Ressalta-se, que esta Reforma representa um retrocesso na história da educação profissional, pois a estrutura do ensino no Brasil, a partir da LDB/96, é de caráter dual, estabelecendo dois ramos paralelos de ensino, tal como aconteceu nos anos de 1930 e 1940: o primeiro é o da educação básica e educação superior - divididas, respectivamente, em educação infantil, ensino fundamental, ensino médio; graduação e pós-graduação. O segundo, é o da educação profissional, dividida em três níveis de ensino: básico, técnico e superior.

Esta estrutura que a educação profissional passou a ter a partir da LDB/96 e do Decreto nº 2.208/97, a qual Frigotto e Ciavatta (2005), comentam:

Representa uma regressão ao dualismo e exacerbação da fragmentação. O dualismo se cristaliza pela separação das dimensões técnicas e políticas, específicas e gerais, particulares e universais e pela separação do nível médio regular de ensino da rede *não regular* de ensino técnico-profissional com organização curricular específica e modular (FRIGOTTO e CIAVATTA, 2005).

Na perspectiva marxista, o conflito deriva não de uma opção voluntária, mas, sim, da própria materialidade das relações sociais dadas por uma determinada classe. Neste sentido, observamos que as políticas públicas de educação dos anos de 1990 ignoram a centralidade do trabalho para abrir mão da categoria conflito social. Ao se ignorar ou deslocar a centralidade do trabalho, os debates não privilegiam o processo histórico de produção do ser humano em seus três elementos fundamentais: natureza, indivíduo e relação social. Isto é, o homem ao produzir seus meios de existência, intervém na natureza e se relaciona com outros homens, modificando a si próprio e o meio em que vive.

Neste sentido, trabalho não significa emprego, mas o modo pelo qual o homem se humaniza. Isto quer dizer que os debates do início da década de 1990 sobre a natureza das novas tecnologias, caracterizada como o mote da "Terceira Revolução Industrial", das mudanças na base técnica da produção e dos impactos sobre o conteúdo do trabalho, divisão do trabalho, qualificação e formação humana, estão no plano político-ideológico que se explicitam nas teses de sociedade da informação, sociedade pós-industrial, sociedade pós-histórica, as quais deslocam o trabalho do centro dos debates.

Na sociedade capitalista o trabalho se apresenta como uma dupla preocupação: como atividade propriamente produtiva e como atividade educativa e porque o compromisso do capital e desta sociedade não é com o ser humano. Como consequência, supõe-se que é falso ou uma ilusão, e igualmente uma desonestidade, atribuir-se à educação básica, formação técnico-profissional e aos processos de qualificação e requalificação orientados pelo Banco Mundial, um peso unilateral da inserção de nossa sociedade no processo de globalização e reestruturação produtiva e, sobretudo, como tábua de salvação para os que 'correm risco de desemprego' ou para os desempregados. O papel dos processos educativos, mormente a formação técnico-profissional, qualificação e requalificação, neste contexto, é de produzir cidadãos que não lutem por seus direitos e pela desalienação do e no trabalho, mas cidadãos 'participativos', não mais trabalhadores, mas colaboradores adeptos ao consenso passivo (FRIGOTTO e CIAVATTA, 2005, s/p).

No cenário de crítica à Reforma dos anos de 1990, reforça-se a necessidade de retomar a discussão sobre a educação tecnológica como expressão do princípio educativo em Gramsci, numa perspectiva da escola unitária que articule trabalho, cultura, ciência e tecnologia. Neste

sentido, desenvolve-se um processo de reflexão coletiva, em que vários intelectuais da área de educação participam de debates sobre a construção de uma política de ensino médio que o consolide como etapa final da educação básica e como direito de todos os cidadãos, segundo preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Surge, então, o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que vem regulamentar o § 2º do art. 36 e os artigos 39 a 41 da Lei nº 9.394/96 e revogar o Decreto nº 2.208/97, de modo a facultar às instituições de ensino o oferecimento da educação profissional técnica de nível médio articulada com o ensino médio, de forma integrada ou concomitante, para o aluno que esteja cursando o ensino médio e, ainda, de forma sequencial para aqueles que já o tenham concluído (SILVA e INVERNIZZI, 2007).

A partir da publicação do referido Decreto nº 5.154, algumas instituições decidem por oferecer a educação profissional técnica de nível médio de forma articulada ao ensino médio; outras têm a intencionalidade de ofertar o ensino integrado e, também, o ensino profissionalizante, concomitante ao ensino médio, àqueles que frequentam este último, em outra escola. Há, também, instituições que ainda não se manifestaram quanto ao caminho a ser por elas percorrido.

2.3. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Campus Sertão

O IFRS- Campus Sertão está situado no estado do Rio Grande do Sul, cuja constituição populacional é marcada pela imigração e a atividade agrícola foi influenciada por essa ocupação. A economia do Estado apresenta em seu conjunto três setores em destaque:

- Agricultura: caracteriza-se, parte por médios latifúndios, especialmente na produção de soja, milho e arroz, e predominantemente por pequenas propriedades, com atividade que absorve apenas mão-de-obra familiar. Há a presença da mecanização agrícola em muitas regiões, mas com absorção de mão-de-obra externa em pequena escala;
- Pecuária: há um incremento na atividade de industrialização e em outras regiões, produção em expressiva escala. Nas regiões Norte e Nordeste ocorreram, nos últimos três anos, uma busca maior da produção de gado leiteiro, permitindo também o surgimento de pequenas e grandes indústrias de transformação;
- Indústria: diversifica-se nos ramos de metalurgia, mecânica, moveleiro, têxtil, plásticos, materiais elétricos e de comunicação, materiais de transporte, couros, calçados e ramo alimentício.

O destaque na produção primária do Rio Grande do Sul está na produção de grãos, especialmente soja, arroz e milho. Segundo o Censo Agropecuário IBGE (2007), no Estado, a quantidade produzida de grãos de soja foi de 7.559.291 toneladas; de arroz, 6.784.236 toneladas e a de milho 4.528.143 toneladas. Na pecuária, destaca-se a produção de suínos, aves e bovinos (de corte e de leite).

A Região Norte do Estado, onde está inserido o IFRS- Campus Sertão conta, segundo os dados do Censo Demográfico – IBGE (2000), com 1.945.000 habitantes e está fundamentada na produção agropecuária, com destaque para a produção de cereais, como soja, milho, trigo, cevada e feijão. Na produção pecuária a maior ênfase é a produção de suínos, aves e gado de leite.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves, da Escola Técnica Federal de Canoas, da Escola Agrotécnica Federal de Sertão, da Escola Técnica da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), e do Colégio Técnico Industrial Prof. Mário Alquati, da FURG

(Fundação Universidade Federal do Rio Grande). O Instituto é formado pelos *campi* de Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Farroupilha, Feliz, Ibirubá, Osório, Porto Alegre, Restinga, Rio Grande e Sertão. Sua Reitoria está instalada em Bento Gonçalves.

O Campus Sertão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul está situado no Distrito de Engenheiro Luiz Englert, município de Sertão, a 25 quilômetros de Passo Fundo, região Norte do Estado do Rio Grande do Sul e integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Criado pela Lei nº 3.215, de 19 de julho de 1957, com a denominação de Escola Agrícola de Passo Fundo, o Campus iniciou seu efetivo funcionamento no ano de 1963. Através do Decreto Lei nº 53.558, de 13 de fevereiro de 1964, passou a denominar-se Ginásio Agrícola de Passo Fundo, com localização em Passo Fundo RS, subordinado à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinária, ligada ao Ministério da Agricultura. Pelo Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967 a instituição foi transferida, juntamente com outros órgãos de Ensino, para o Ministério da Educação e Cultura.

O Decreto nº 62.178, de 25 de janeiro de 1968, autorizou o Ginásio Agrícola de Passo Fundo a funcionar como Colégio Agrícola. A denominação Colégio Agrícola de Sertão foi estabelecida pelo Decreto nº 62.519, de 09 de abril de 1968. A partir de então ficou sob a coordenação da COAGRI (Coordenação Nacional de Ensino Agrícola) durante o período de 1973 até 1986.

Pelo Decreto nº 83.935, de 04 de setembro de 1979 passou a denominar-se Escola Agrotécnica Federal de Sertão, subordinada à Secretaria de Educação de 1º e 2º Graus do Ministério da Educação e Cultura. Obteve declaração da regularidade de estudos pela Portaria nº 081, de 06 de setembro de 1980, da Secretaria do Ensino de 1º e 2º Graus, do Ministério da Educação e Cultura. A Lei Federal nº 8.731, de 16 de novembro de 1993 transformou a Escola Agrotécnica Federal de Sertão em autarquia Federal, com autonomia administrativa e pedagógica.

A Lei nº 11.892, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no dia 29 de dezembro de 2008, transformou a antiga Escola Agrotécnica Federal de Sertão em Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.

Inicialmente, o Campus oferecia o curso Ginásio Agrícola e conferia ao concluinte o diploma de Mestre Agrícola, de acordo com o Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946 da Lei Orgânica do Ensino Agrícola. No período de 1970 a 1975, oferecia o curso Técnico Agrícola e conferia ao concluinte o diploma de Técnico em Agricultura, em nível de 2º Grau. A partir do segundo semestre de 1973, a habilitação passou a titular-se Técnico em Agropecuária.

Hoje o Campus tem autonomia para ministrar Curso de Educação Básica em Nível de Ensino Médio e Formação Profissional com cursos de nível técnico e também cursos de graduação superior (tecnologias, bacharelados e licenciaturas).

Integrado ao Plano de Expansão da educação profissional, desempenha função relevante na cooperação para o desenvolvimento sócio-econômico regional, especialmente em regiões em que predominam as pequenas e médias propriedades rurais. São 52 anos de história na formação de técnicos em agropecuária com mais de 4.000 alunos que se inserem ao mercado de trabalho, não apenas como profissionais, mas também como líderes e cidadãos com destacada participação em todos os campos da ação humana.

O quadro de funcionários é composto por 146 efetivos, sendo 59 professores e 87 servidores técnico-administrativos; 4 professores substitutos, além de 42 servidores terceirizados, todos voltados para o desenvolvimento de uma educação de qualidade.

Contando com uma área de 237 hectares, além de modernos laboratórios, o Campus mantém setores de produção nas áreas de: Agricultura (Culturas Anuais, Fruticultura, Silvicultura e Olericultura); na área de Zootecnia (Bovinicultura de corte e leite,

Ovinocultura, Suinocultura, Apicultura, Piscicultura e Avicultura); Agroindústria; e Unidade de Beneficiamento de Sementes, constituindo um laboratório para prática profissional, atividades pedagógicas e produção de matéria-prima para o processo agroindustrial.

O Campus funciona em período integral, com aulas teóricas e práticas, nos períodos da manhã, tarde e noite, incluindo, ainda, outras atividades para atendimento da clientela externa, como cursos de curta duração, que visam à atualização, capacitação e treinamento em áreas diversas e cursos de qualificação.

O IFRS- Campus Sertão oferece os seguintes cursos em nível superior: Tecnologia em Agronegócio; Engenharia Agrônômica; Tecnologia em Gestão Ambiental; Licenciatura em Ciências Agrícolas e Formação Pedagógica de Docentes. Em nível técnico: modalidade integrada ao ensino médio: Agropecuária; modalidade subsequente: Agroindústria, Manutenção e Suporte em Informática e Agropecuária; modalidade PROEJA⁵: Informática, Agroindústria e Comércio. O número de alunos matriculados para o ano letivo de 2010, chega a, aproximadamente, 690, sendo que destes, cerca de 440 alunos estão matriculados no Ensino Médio e Técnico e 250 no Ensino Superior. Dos alunos do curso Técnico em Agropecuária - Integrado, 265 são em regime de internato, que residem nos alojamentos do Campus.

Exerce importante função como referência regional em termos de formação profissional, com inferência mais expressiva na área de agropecuária. Seu corpo discente abrange uma área geográfica de mais de 120 municípios do Estado do Rio Grande do Sul (Figura 1).



Figura 1: Localização IFRS- Campus Sertão

Fonte: IFRS- Campus Sertão, 2006

O Campus tem marcante atuação junto à comunidade regional e desempenha papel importante no atendimento de demandas específicas na região, através dos cursos que desenvolve e das parcerias com municípios da região, empresas, cooperativas e outras instituições de ensino como Universidades e Sindicatos.

Além de oportunizar ensino técnico com qualidade, o IFRS- Campus Sertão oferece cursos de extensão rural para a comunidade externa, como Curso de Inseminação Artificial em Bovinos, abrangendo mais de cem municípios. Possui, ainda, uma história de 52 anos de formação de profissionais que desempenham trabalhos ligados a atividade agropecuária e agroindustrial de norte a sul do país.

⁵ PROEJA é a Educação Profissional de Nível Médio - modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Campus Sertão tem como missão: “Desenvolver a educação profissional e básica para a formação de indivíduos competentes, conscientes e críticos que, no desempenho de suas atividades, possam gerar e difundir tecnologias e promover a cidadania” (PDI, 2006, p.9).

Ainda, segundo o documento, são finalidades do Campus, de acordo com o exposto no Artigo 2º do Regimento Interno da Instituição:

- Oferecer educação tecnológica com vistas à formação, qualificação, requalificação e reprofissionalização de jovens, adultos e trabalhadores em geral, para os diversos setores da economia, especialmente nos de agropecuária e agroindustrial.
- Realizar pesquisas tecnológicas e desenvolver novos processos, produtos e serviços, em articulação com os setores produtivos, especialmente os de agropecuária e agroindústria, e a sociedade em geral.
- Desenvolver estratégias de educação continuada.
- Oferecer o ensino superior na instituição, condicionado aos procedimentos estabelecidos pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e atos da regulamentação.

Os objetivos do Campus são, de acordo com o PDI (2006):

- Geral: Ministrar a educação básica e profissional de nível médio e tecnológico em todas as modalidades, atuando como centro de referência no desenvolvimento técnico e humano.
- Específicos:
 - Desenvolver o ensino profissional nos níveis básico, técnico e tecnológico para a formação de profissionais para o mundo do trabalho, investindo no fortalecimento da cidadania;
 - Colaborar com o desenvolvimento agropecuário, agroindustrial e de serviços através de ações articuladas com o setor produtivo e a sociedade em geral;
 - Incentivar e operacionalizar mecanismos de pesquisa e extensão através de metodologias próprias para a efetiva articulação da educação e da pesquisa;
 - Oportunizar outras formas de ensino de acordo com a legislação vigente;
 - Assegurar uma gestão administrativa e uma prática pedagógica de qualidade;
 - Garantir uma avaliação institucional dinâmica e constante com a participação dos diversos segmentos envolvidos;
 - Zelar pela valorização humana e profissional de todos os participantes do processo educacional;
 - Ampliar o espaço de interlocução do IFRS- Campus Sertão com a sociedade, particularmente nos campos da cultura, da saúde e da educação, dirigindo suas funções acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão para o atendimento às demandas sociais;
 - Estabelecer parcerias com órgãos governamentais, empresas e organização da sociedade civil, para o desenvolvimento de programas de seu interesse mútuo e de impacto social;
 - Participar em nível nacional e local, de fóruns de discussão e definição de políticas públicas no âmbito da inclusão social;
 - Promover a melhoria da qualidade de ensino do IFRS– Campus Sertão em todos os níveis;
 - Fomentar a realização de atividades culturais, artísticas, esportivas e de lazer;
 - Estabelecer uma política de desenvolvimento de pessoas que considere a essencialidade dos docentes e dos trabalhadores técnicos administrativos para o cumprimento das atividades-fim da instituição.

Exercendo a posição de referência em educação básica e profissional em toda a região Norte do Estado do Rio Grande do Sul, o IFRS- Campus Sertão desempenha papel relevante pela qualidade de formação empreendida. Não apenas centrada em cursos regulares, mas também através de curso de qualificação em informática, em inseminação artificial em bovinos, em gado leiteiro, em olericultura, fruticultura e culturas anuais. A comunidade regional recebe uma contribuição importante no sentido de melhorar as condições de vida principalmente do homem do campo.

Os cursos de qualificação em informática, inseminação artificial em bovino e atendimento a projetos de fomento econômico e educacional com empresas e municípios da região são reais ações de inclusão social que serão incrementadas ainda mais nos próximos anos.

3. METODOLOGIA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Campus Sertão, IFRS- Campus Sertão, desenvolve um currículo escolar voltado para as múltiplas áreas do saber e levando em consideração a construção do conhecimento permeado pela cooperação entre os diferentes e variados atores sociais (PDI, 2006). Neste sentido, especificamente a disciplina que trata sobre os temas relacionados ao cooperativismo, vem sendo desenvolvidas.

Para um melhor entendimento sobre o viés que é dado à disciplina de Cooperativismo e Associativismo, presente no currículo do Campus, faz-se necessário um estudo sobre sua evolução dentro da própria instituição. Assim, apresentam-se os dados coletados com a pesquisa a que este trabalho se propõe.

3.1. Do Ensino Sobre Cooperativismo Presente no IFRS- Campus Sertão: Considerações Teóricas

A educação acontece nos espaços da vida humana, em todas as suas dimensões, com todos os seus sentidos. Confunde-se, portanto, com a própria experiência humana de querer conhecer a si mesmo e ao mundo que habita. A preocupação do homem com o seu mundo, com as diferentes dimensões de sua vida está presente, desde os tempos mais antigos. Mas, apenas, ao pensar a sua existência e a sua organização, desvinculada das mitologias, do mundo das divindades, permitiu, efetivamente, a produção do conhecimento. A partir desse esforço por conhecer a realidade, surgiram as ciências, destinadas à descoberta das relações entre as coisas e os homens, das leis que regem o mundo natural. Foi desse esforço por conhecer o mundo, o homem, sua organização, suas relações com os outros, que nasceram as ciências, os diferentes saberes que fundamentam a aprendizagem humana.

A soma de práticas sociais pelas quais novos indivíduos são transformados em membros de sociedades ou comunidades anteriormente existentes constitui o processo de socialização. Na dinâmica do processo de socialização, os indivíduos ensinam e aprendem. Esse processo pode ser coercitivo, competitivo ou cooperativo. Ele se realiza no espaço das relações humanas. Assim sendo, as organizações cooperativas, as escolas, são lugares de socialização, e de suas práticas depende a natureza desse processo de socialização.

A escola se constituiu, ao longo do tempo, como um lugar privilegiado para as ciências, para uma educação e uma aprendizagem mais intencionada e sistematizada, para a transmissão, para a comunicação. No entanto, os homens são educados e aprendem também fora da escola, nos outros lugares sociais da vida: na família, nos grupos de amigos, na organização do trabalho, nos espaços políticos, nos espaços da organização cooperativa. Assim, o conhecimento, a educação, a aprendizagem, a socialização, se processam também nos espaços da organização cooperativa, na prática da cooperação.

A existência humana, tanto em sua forma individual como grupal, está submetida a um processo de profundas e constantes transformações em todos os seus sentidos. De acordo com Libâneo (1998):

Essas transformações tecnológicas e científicas levam à introdução, no processo produtivo, de novos sistemas de organização do trabalho, mudança no perfil profissional e novas exigências de qualificação dos trabalhadores, (...) São requeridas novas habilidades, mais capacidade de abstração, de atenção, um comportamento profissional mais flexível. Para tanto, repõe-se a necessidade de formação geral, implicando reavaliação dos processos de aprendizagem, familiarização com os meios de comunicação e com a informática, desenvolvimento de competências comunicativas, de capacidades criativas para análise de situações novas e modificáveis, capacidade de pensar e agir com horizontes mais amplos (LIBÂNEO 1998, p. 20).

Essas novas e modernas tecnologias imprimem contornos diferentes ao processo de educação familiar, social, escolar. Entende-se a escola não mais como fonte única de saberes e espaço unitário para a busca de conhecimentos, mas como um espaço privilegiado para a construção do conhecimento, sendo umas das tantas fontes desta construção. Assim, todos os atores sociais desempenham papéis de ensino-aprendizagem, tendo como máxima a cooperação na educação integral do ser humano. Para Marques (1996):

A educação se cumpre num diálogo de saberes, não em simples troca de informações, nem em mero assentimento acrítico a proposições alheias, mas na busca do entendimento compartilhado entre todos os que participam da mesma comunidade de vida, de trabalho, de uma comunidade discursiva de argumentação (MARQUES, 1996, p. 14).

Na verdade, a educação e a cooperação são duas práticas sociais que se processam de tal forma que, sob certos aspectos, uma contém a outra. A educação é um processo social fundamental na vida dos homens. Na cooperação como processo social, produz-se educação, sendo, assim, a organização cooperativa, além de seus outros significados, também um lugar social de educação. Entrelaçam-se e potencializam-se a educação e a cooperação como processos sociais.

Neste sentido, o desenvolvimento de um currículo escolar que inclua discussões acerca das práticas de cooperação e, especificamente, uma disciplina que trate do cooperativismo como uma instituição, uma forma de organização política e social do ser humano, deve buscar estimular a organização de práticas cooperativas no processo da educação escolar com o objetivo de contribuir para as mudanças e as transformações desejadas. Deve, ainda, buscar desenvolver ações e práticas pedagógicas, através de atividades cooperativas, com objetivos sociopolíticos, com o objetivo de promover a cultura da cooperação, de relações sociais cooperativas. Ou seja, deve buscar construir um espaço de práticas cooperativas de educação.

Afirma Libâneo (1998), que:

O pedagógico refere-se a finalidades da ação educativa, implicando objetivos sociopolíticos a partir dos quais se estabelecem formas organizativas e metodológicas da ação educativa. Nesse entendimento, o fenômeno educativo apresenta-se como expressão de interesses sociais em conflito na sociedade (LIBÂNEO, 1998, p. 22).

O cooperativismo é uma prática social histórica, em cujo centro estão questões do mundo, da vida ou ligadas à sua base material. É uma prática social que institui um lugar de aprendizagem, um lugar de educação. A sua instituição se dá como uma condição inerente à sua organização, ao seu funcionamento, ao seu progresso. Na interação dos associados, dos cooperantes, em sua ação comunicativa, em seu diálogo como partícipes de um projeto comum, produzem eles, as condições para um processo de socialização de conhecimentos, de experiências. Educam-se para a cooperação, produzem conhecimentos e aprendizagens necessárias aos fins da cooperação.

Na definição do que vem a ser uma cooperativa, na economia de mercado, especialmente no caso de cooperativas de agricultores, entram dois aspectos básicos que compõem o ponto de partida para a sua conceituação e sua diferenciação de outras iniciativas, como as empresas privadas ou estatais.

Uma organização cooperativa é, antes de mais nada, uma associação de pessoas (não de capitais) que se propõe atuar na perspectiva da economia dos componentes dessa associação, isto é, na perspectiva de sua racionalidade econômica enquanto economias individuais. Porém, ao fazê-lo, essa associação cria, organiza e estrutura um instrumento adequado que vem a ser a empresa cooperativa: - uma empresa comum com o objetivo de apoiar e complementar a administração das economias individuais, dando-lhes suporte no jogo competitivo do mercado. Portanto, a empresa cooperativa se constitui em uma extensão da economia dos associados, os quais encontram nesse instrumento cooperativo, uma opção mais vantajosa do que a ação individual para se lançar ao mercado. Decorre daí que a ação empresarial cooperativa deve ser determinada e moldada, antes de mais nada, pelas atividades e objetivos das economias de seus associados (FRANTZ, 1985, p. 57 e 58).

Portanto, este é o espaço das práticas educativas, em se tratando do cooperativismo de agricultores. A educação cooperativa, ou melhor, a educação para a cooperação se define no espaço das práticas concretas. É, de certa forma, a expressão da compreensão dessas práticas ou mesmo de seu uso social. Contém intenções e interesses, que fazem a sua "base pedagógica". O fenômeno social das práticas de educação se dá em um contexto de interesses e necessidades. Está vinculado ao esforço, às intenções ou ao jogo de interesses por construir um espaço de poder, através das organizações cooperativas. Tem intencionalidade política, portanto, e não apenas funcionalidade organizativa.

3.2. Modo, População e Tempo Pesquisados

A fim de conhecer a realidade e o enfoque dado à disciplina que apresenta os temas relacionados ao cooperativismo no IFRS- Campus Sertão, foram entrevistados 40 alunos egressos⁶ do Curso Técnico em Agropecuária, do referido campus, no período de novembro de 2009 a março de 2010. A entrevista deu-se através de questionário diagnóstico (anexo A) cuja estrutura apresentou vinte e cinco questões, divididas em três grupos, a saber: grupo I, dados pessoais; grupo II, questionário diagnóstico; grupo III, formação.

As questões tiveram por princípio contemplar o que foi proposto na problemática e nos objetivos da pesquisa. A escolha do público de amostra deu-se através de investigação sobre os alunos que concluíram o curso entre os anos de 2000 a 2008, e que estivessem atuando ou que já tivessem atuado em cooperativas. Ainda, a escolha do público obedeceu a critérios de proximidade com o pesquisador, já que, além do questionário diagnóstico também foram levadas em consideração, para a coleta de dados, a metodologia de pesquisa história oral⁷, a fim de conhecer a dinâmica do Campus em relação aos conteúdos sobre cooperativismo apresentados no currículo.

6 Segundo a definição do Dicionário Aurélio, egresso é um adjetivo que designa pessoa que saiu, que se afastou, como, por exemplo, / Que deixou de pertencer a uma comunidade religiosa. / &151; S.m. Pessoa que deixou a clausura. / Saída, retirada. Nestes termos, aluno egresso é aquele que deixou a escola, seja por motivos de término do curso ou de afastamento justificado. No caso da pesquisa apresentada, a definição de aluno egresso designa aquele aluno que concluiu o curso Técnico em Agropecuária, pelo IFRS- Campus Sertão.

⁷ A História Oral, como metodologia de pesquisa, se ocupa em conhecer e aprofundar conhecimentos sobre determinada realidade – os padrões culturais – estruturas sociais e processos históricos, obtidos através de conversas com pessoas, relatos orais, que, ao focalizarem suas lembranças pessoais, constroem também uma visão mais concreta da dinâmica de funcionamento e das várias etapas da trajetória do grupo social ao qual pertencem, ponderando esses fatos pela sua importância em suas vidas (ALBERTI, 1990).

Ao planejar uma amostra de 40 alunos, levou-se em consideração a quantidade de dados que seriam apresentados. Objetivou-se uma maior consistência de dados ao realizar o cruzamento destes e encontrar respostas que se complementassem. A escolha do período de tempo, entretanto, não pode ser obedecida, pois o critério de proximidade foi fator impeditivo para que a pesquisa delimitasse um espaço de tempo tão curto: 2000/2008. Assim, o critério proximidade, levou o pesquisador a ampliar o fator tempo, na pesquisa, passando do período pretense a um acréscimo de duas décadas: 1984/2008.

Desta forma, permaneceu a população de amostra na quantidade de 40 alunos egressos, mas ampliou-se o tempo de pesquisa, em função do fator proximidade com o pesquisador, para o período compreendido entre 1984 a 2008. O modo de pesquisa permaneceu o mesmo, ou seja, questionário diagnóstico e história oral. A dinâmica para a aplicação do questionário compreendeu a pesquisa, junto ao IFRS- Campus Sertão, de alunos egressos concluintes do Curso de Técnico em Agropecuária; busca, nas diversas cooperativas da região destes alunos a fim de identificá-los como atuantes nas cooperativas, seja na forma de colaboradores, dirigentes ou cooperados; contato, através de telefone, correspondência ou pessoalmente; envio dos questionários e o posterior retorno dos mesmos.

Paralelamente a este processo, houve a pesquisa relacionada à disciplina que trata dos assuntos sobre o cooperativismo, no Campus. Foram realizadas diversas visitas à instituição a fim de realizar o levantamento curricular e histórico que o tema cooperativismo obteve, ao longo do tempo de pesquisa (1984/2008). O material encontrado foi diverso, porém escasso. Para a reconstituição da base curricular foram pesquisados os históricos dos egressos, identificado o período em que o assunto cooperativismo foi abordado, dentro da vida estudantil do mesmo e, após, procurou-se localizar as ementas dos respectivos períodos selecionados.

Aqui, outro problema a ser enfrentado pelo pesquisador, teve relação com a guarda de documentação do Campus, pois nem todos os períodos pesquisados tiveram a correlata ementa localizada. Assim, foram necessárias pesquisas em diários de classe e nas Atas escolares dos anos em questão. Desta forma, a pesquisa tornou-se lenta e desgastante, já que o volume de documentos era vultoso e o acesso a eles demandou tempo e disponibilidade de locomoção. Entretanto, a montagem da cronologia do tema cooperativismo foi resgatada e será apresentada a seguir.

3.3. Cronologia do Tema Cooperativismo no IFRS- Campus Sertão

A partir do mais antigo ano de formação apresentado pelos egressos, tem-se que o concluinte do curso Técnico em Agropecuária do IFRS- Campus Sertão, em 1984, cursou o primeiro ano do curso em 1982. Portanto, este será o ano no qual se dará o ponto de partida para a montagem da cronologia do tema cooperativismo no Campus. É importante esclarecer que a disciplina de Cooperativismo está vinculada aos conteúdos apresentados na 1ª série do curso, que tem duração de três anos.

A cronologia da disciplina de cooperativismo apresenta a seguinte constituição, conforme o quadro 4.

Quadro 4: Cronologia da disciplina de Cooperativismo no Curso Técnico em Agropecuária do IFRS– Campus Sertão – 1982/2008

1982 – 1989	1990 - 1997	1998 – 2000	2001 - 2005	2006 – 2008
Não contempla.	Contempla, na parte Técnica do curso, com carga horária de 30h.	Não contempla.	Contempla, na parte diversificada do Ensino Médio do Curso, com carga horária de 40h.	Contempla, na disciplina de Sociologia Rural e Associativismo, com carga horária de 80h.

Fonte: Elaboração da autora.

Os documentos investigados no IFRS– Campus Sertão demonstram que em 1982 não havia a disciplina Cooperativismo na grade curricular do curso de Técnico em Agropecuária⁸, sendo que esta passa a integrar os conteúdos do curso a partir do ano de 1990. Ainda, é possível identificar que as grades curriculares, e as ementas estudadas, entre 1982 e 1989, não apresentam nenhuma disciplina que aborde os temas relacionados ao cooperativismo.

No ano de 1990, a disciplina Cooperativismo passa a integrar a grade curricular do Curso de Técnico em Agropecuária⁹ e é apresentada na parte diversificada do currículo com uma carga horária de 30 horas. É importante esclarecer que o currículo do curso dividia-se em Núcleo Comum - que apresentava as disciplinas referentes ao Ensino Médio - e Parte Diversificada, que apresentava as disciplinas específicas da parte técnica do curso como, por exemplo, Zootecnia, Agricultura e Mecanização Agrícola.

A partir do ano de 1997 há uma cessação, ou ruptura na disciplina de cooperativismo, pois esta não mais aparece nas grades curriculares do Curso Técnico em Agropecuária¹⁰ e nem do Nível Médio. O Histórico Escolar do Ensino Médio¹¹ reapresenta a disciplina Cooperativismo, no ano de 2001, na parte diversificada da grade curricular, com carga horária de 40 horas, vigorando até o ano de 2005, quando passa a integrar a parte técnica da grade curricular do Curso Técnico em Agropecuária¹², sob a denominação de Sociologia Rural e Associativismo, com carga horária de 80 horas, no Módulo de Infra-estrutura.

⁸ Histórico Escolar em anexo B

⁹ Histórico Escolar em anexo C

¹⁰ Histórico Escolar em anexo D

¹¹ Histórico Escolar em anexo E

¹² Histórico Escolar em anexo F

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A pesquisa apresentou resultados relevantes para a definição do perfil que o tema cooperativismo enfoca no IFRS– Campus Sertão. A partir das respostas ao questionário diagnóstico e da leitura de documentos do Campus foi possível montar gráficos e quadros explicativos que serão apresentados a seguir.

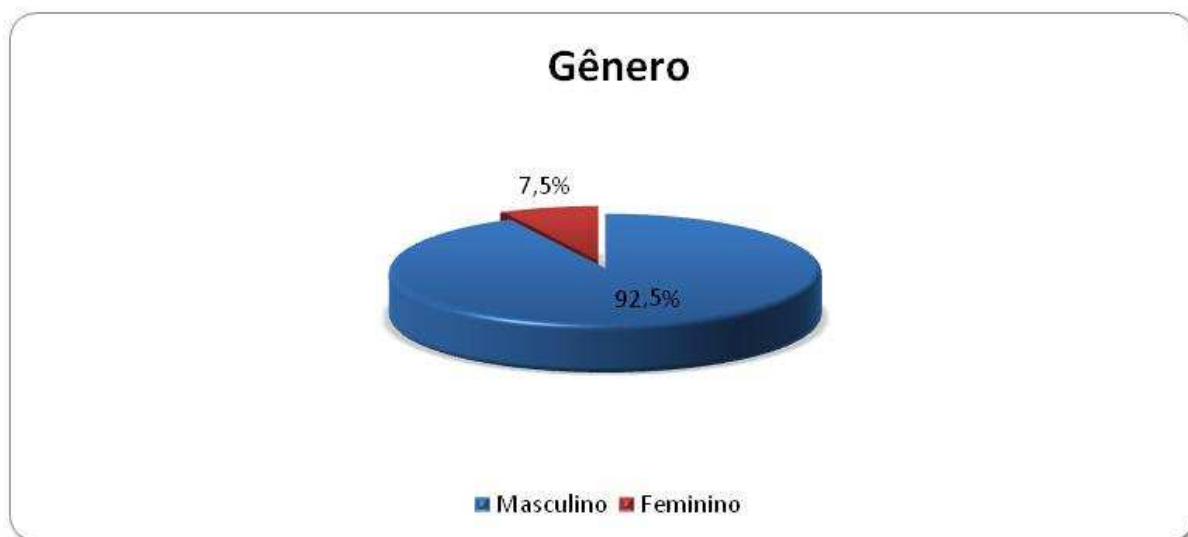


Gráfico 1: Gênero dos alunos egressos

Fonte: Elaboração da autora

O gráfico 1 revela que, dos 40 alunos egressos, 92,5% são do sexo masculino, o que demonstra predominância masculina no Curso de Técnico em Agropecuária do IFRS-Campus Sertão.

A predominância masculina em cursos para formação agrícola encontra suas bases na própria autoria dos cursos, pois, segundo Capdeville (1991):

É importante destacar que o ensino superior agrícola e o ensino profissional agrícola tiveram a mesma origem. O ensino agrícola profissional teve seu início, no Brasil, com os patronatos agrícolas, que eram instituições que abrigavam crianças do sexo masculino em regime de internato, oferecendo formação básica. Estas instituições evoluíram para os ginásios agrícolas e posteriormente para as Escolas Agrotécnicas Federais (CAPDEVILLE, 1991, p. 67-68).

Desta forma, o curso de Técnico em Agropecuária do IFRS- Campus Sertão, segue a lógica com a qual foram pensados os cursos de formação agrícola, no Brasil, para os quais eram destinados apenas os homens, seguindo o pensamento de época, que mantinha a mulher relegada aos afazeres domésticos e a educação e cuidado da prole.

Entretanto, é importante destacar que, mesmo sendo um índice pequeno o da participação feminina no curso, existe, de fato, esta participação, o que levou o IFRS- Campus Sertão, a pensar e a organizar sua infraestrutura para receber meninos e meninas, na maioria adolescentes, em regime de internato ou semi-internato.

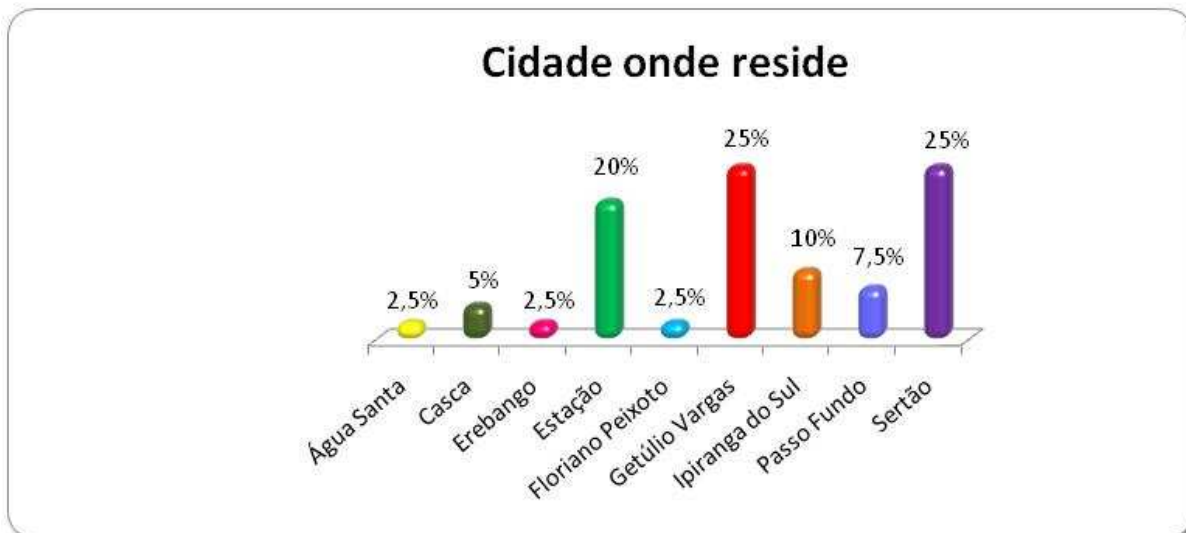


Gráfico 2: Cidade onde reside

Fonte: Elaboração da autora

A leitura do gráfico 2 permite concluir que, do total de egressos, 50% pertencem aos municípios de Getúlio Vargas e Sertão. Os outros 50% dividem-se entre 7 municípios, sendo 6 municípios do Alto Uruguai e 1 (Casca) da região da Serra do Rio Grande do Sul.

A área de abrangência demonstrada no gráfico 2, justifica-se por ser de proximidade da pesquisadora. Esta área, entretanto, compreende oito importantes municípios da Região do Alto Uruguai, além do município de Casca, que fica na região da Serra do Rio Grande do Sul. Em todos estes municípios há a existência de unidades cooperativas, o que demonstra a importância da formação de técnicos em agropecuária para as regiões e, especificamente, de profissionais que possuam uma formação capacitada para o trabalho cooperativo.



Gráfico 3: Localização da residência

Fonte: Elaboração da autora

Quanto à sua localização residencial, 57,5% dos egressos responderam residir em zona urbana e 42,5%, em zona rural. Para a definição de zona urbana e rural o critério é de cunho administrativo municipal, através de lei ou decreto municipal, segundo determinar a Lei Orgânica do Município, que estabelecerá e delimitará exatamente onde termina o perímetro urbano e começa a zona rural.

Mesmo sendo provenientes de municípios de médio e pequeno porte, como demonstrado no gráfico 2, a grande maioria dos egressos reside em áreas urbanas destes municípios. Considera-se como sendo um dado relevante se analisar-se que o ensino agrotécnico, no Brasil, foi pensado para atingir a uma população predominantemente rural.

Tabela 1: Ano de formação e participação em cooperativas

Ano de formação	Egressos (%)	Início de participação em cooperativas
1984	5,0	1986/89
1985	2,5	1989
1986	2,5	1988
1987	2,5	1989
1988	5,0	1990/93
1989	2,5	1989
1991	2,5	2009
1992	10,0	1992/93,94, 97
1993	5,0	1995/98
1994	2,5	1990
1995	5,0	1998, 2008
1996	7,5	1995/97,98
1997	5,0	1997/98
1998	2,5	1999
2000	2,5	2008
2002	2,5	2005
2004	5,0	2003/07
2005	2,5	2006
2006	12,5	2004/06, 07, 08
2007	7,5	2004/09
2008	7,5	2006/07

Fonte: Elaboração da autora.

A tabela 1 demonstra os dados referentes ao ano de formação do egresso, no curso Técnico em Agropecuária e o início de sua participação efetiva em cooperativas. Os dados coletados demonstram que os 40 egressos formaram-se entre 1984 e 2008, sendo que 12,5% da amostra, formou-se em 2006 e 10% em 1992. Define-se que a amostra de alunos egressos representa três décadas de formação no Curso de Técnico em Agropecuária do IFRS- Campus Sertão.

Analisando dados referentes ao ingresso destes alunos como participantes efetivos em cooperativas, observa-se que 40% da amostra iniciou sua participação entre 1 a 2 anos ou no mesmo ano de formatura no curso.

Estes dados indicam o interesse dos alunos egressos do IFRS- Campus Sertão, pelo cooperativismo, já que a formação em Técnico em Agropecuária, não necessariamente, exige a vinculação ao sistema cooperativista.

Sobre os princípios cooperativos

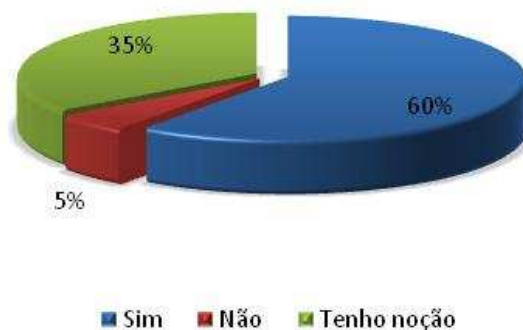


Gráfico 4: Conhecimento dos princípios

Fonte: Elaboração da autora

Sobre os princípios que regem o cooperativismo, o gráfico 4 demonstra que 60% da amostra diz conhecer e 35%, diz ter noção. Estes dados são referentes ao conhecimento sobre os princípios cooperativistas que os egressos possuem, na atualidade. Assim, não se pode concluir que estes conhecimentos foram adquiridos ao longo de sua formação no Curso de Técnico em Agropecuária, mas sim, que há interesse em buscar conhecer o sistema de cooperativismo. Dessa forma, entende-se que a maioria da amostra tem conhecimento sobre o sistema de cooperativismo e optou por vincular-se a cooperativas por concordar com os mesmos.

É importante destacar que os princípios cooperativos são os elementos reguladores da própria sociedade cooperativa. São eles que determinam o caráter, os objetivos e os fins deste tipo de sociedade, ou seja, segundo Alves (1980):

As idéias invariáveis ou linhas-mestras que determinam as características essenciais de uma sociedade cooperativa em face de outras formas de organização, servindo de modelo pelo qual se mede toda atividade cooperativa existente e autêntica. Assim, os princípios seriam um sistema de idéias abstratas que os cooperados deduziram de sua própria experiência prática e que provaram no passado ser as mais adequadas diretrizes para todos os que desejam fundar cooperativas eficientes e duradouras (ALVES, 1980, p. 35).

Os dados, assim, revelam que os princípios cooperativistas são marcas indeléveis em seus associados, servindo como parâmetros, uma espécie de código subjetivo, que marca as ações e os atos dos cooperados e que rezam absolutos quando da tomada de decisão para qualquer assunto relacionado à prática cooperativa.

Tabela 2: Atuação em cooperativas

Em qual cooperativa você participa ou atua?	%
COOPEAFS	10,0
COOPERGRÃO	2,5
COOPLANTIO	10,0
COTRIGO	47,5
CRESOL	17,5
SANTA CLARA	10,0
SICREDI	52,5
FAROL	7,5
COTREL	2,5

Os dados apresentados na tabela representam 100% da amostra entrevistada.

Fonte: Elaboração da autora.

A participação em cooperativas, segundo demonstra a tabela 2, aponta para a maioria da amostra (52,5%) ser vinculada à SICREDI, que é uma cooperativa de crédito e 47,5% da amostra, estar vinculada à COTRIGO, que é uma cooperativa que abrange o ramo de laticínios, frigorífico de suínos, moinho, silos, fábrica de ração, fábrica de conservas e supermercado. Esta cooperativa tem sua sede em Estação, RS e possui filiais na região do Alto Uruguai. Além disto, os dados revelam que 35% (14 egressos) da amostra está vinculada a mais de uma cooperativa, de mais de um ramo. É importante destacar que os egressos podem estar associados a mais de uma cooperativa, em mais de um ramo, mas que os dados representam 100% dos egressos.

Destaca-se, na análise destes dados, que há uma predominância em cooperados associados em mais de um ramo cooperativo, sendo que a cooperativa de crédito é a escolha da grande maioria. Entende-se que este tipo de associação dupla ocorre em face das facilidades que os cooperados possuem ao vincular-se a cooperativas de crédito, pois estas surgiram para facilitar o acesso ao sistema bancário, para a população rural, e são uma alternativa diferenciada que facilita aos seus cooperados acesso aos serviços financeiros. A cooperativa de crédito diferencia-se dos bancos comerciais, que somente prestam serviços financeiros visando a relação banco x cliente, porque:

Uma cooperativa de crédito é uma associação que presta basicamente os mesmos serviços fornecidos pelos bancos: financia a produção e os investimentos, cobra contas, fornece talão de cheques e opções de aplicações para seus associados. Por outro lado, é diferente de um banco, pois seus proprietários são os seus clientes, não precisando ter lucro para funcionar, bastando ser remunerada o suficiente para saldar suas próprias contas. Seus custos são rateados entre o quadro social na forma de juros e de pequenas taxas, assim quanto menores forem os custos da cooperativa, menores podem ser os juros e as taxas cobradas por estas (BITTENCOURT, 2001, p. 23).

Conforme Schardong (2002, p.84) a cooperativa de crédito, ainda, “[...] objetiva promover a captação de recursos financeiros para financiar as atividades econômicas dos cooperados, administração de suas poupanças e a prestação dos serviços de natureza bancária por eles demandadas”.

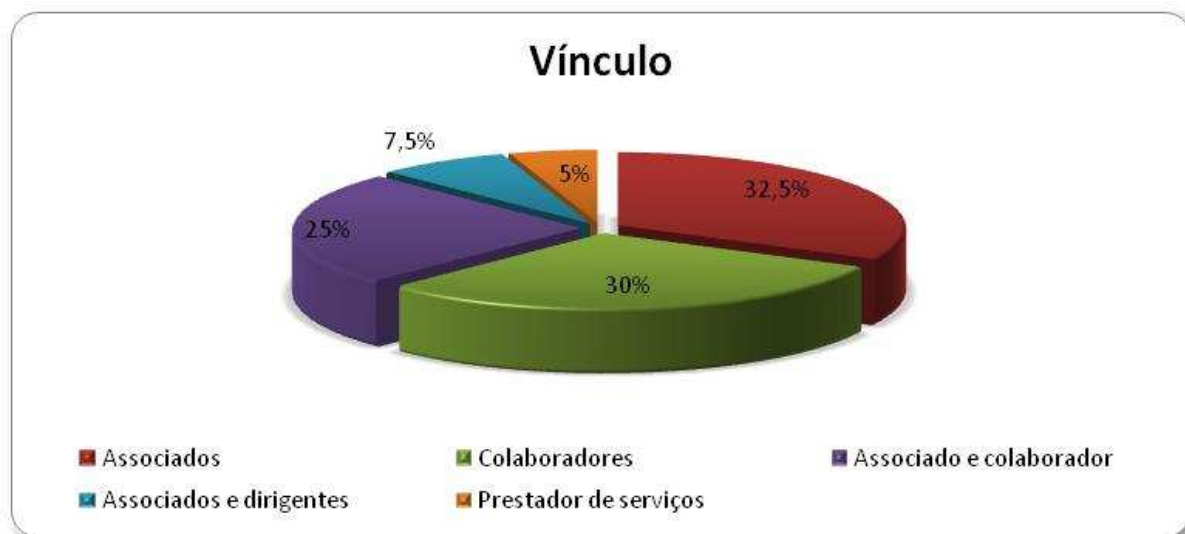


Gráfico 5: Vínculo atual com cooperativas

Fonte: Elaboração da autora

Os dados apresentados no gráfico 5 revelam que dos 40 egressos, 32,5% estão vinculados a cooperativas por serem associados; 30% são colaboradores; 25% são associados e colaboradores; 7,5% são associados e dirigentes e 5% são prestadores de serviços.

Por associado, entende-se que são os donos do patrimônio, da empresa cooperativa, e os próprios beneficiários dos ganhos que o processo por eles organizado propiciará. Segundo o MAPA (2008, p. 23): “Reunidos em Assembléia Geral, órgão máximo de decisão, definem pelo voto os objetivos e a forma de funcionamento do negócio”.

Diferentemente das organizações públicas ou privadas, onde quem trabalha é denominado empregado, em se tratando de cooperativas, o termo colaborador encerra em si um caráter próprio, visto ser o cooperativismo uma maneira de co-laborar, ou seja, de trabalhar junto em prol de um fim comum. Assim, mais do que nunca, o termo colaborador se emprega às cooperativas com propriedade, já que o serviço por eles desenvolvido é, em parte, um serviço que reverte para o sistema cooperativo no qual estão inseridos e que visa a colaboração de todos para o interesse comum.

A prestação de serviços é entendida como a realização de trabalho oferecido ou contratado por terceiros (comunidade ou empresa), incluindo assessorias, consultorias e cooperação interinstitucional. A prestação de serviços se caracteriza pela intangibilidade, inseparabilidade (produzido e utilizado ao mesmo tempo) e não resulta na posse de um bem. Quando a prestação de serviço for oferecida como curso ou projeto de extensão, ela é registrada como tal (cursos e projetos)¹³.

Os dirigentes são os administradores, escolhidos em Assembléia Geral, pela maioria dos votos dos associados. Segundo o MAPA (2008):

É importante que os dirigentes sejam escolhidos por apresentarem real expressão de liderança, conheçam a legislação em vigor, os princípios do cooperativismo e tenham domínio de atividades de planejamento, organização, direção e controle da empresa (MAPA, 2008, p. 23).

Entende-se que todos os cargos e funções dentro do sistema cooperativo são importantes e compõem um quadro onde um não coexiste sem o outro, dando ênfase ao

¹³ Fonte: página eletrônica disponível em <http://www.ufmg.br>. Acesso em 10 de abril de 2010.

princípio cooperativista que determina, entre outros parâmetros, o caráter de colaboração e de participação igualitária de seus membros.

Especificamente, em relação à análise dos dados obtidos com a presente pesquisa, entende-se que a maioria dos egressos apresentam-se como associados por obedecerem ao regulamento cooperativo, que determina que somente associados podem participar, efetivamente, das decisões cooperativas. Assim, para que os cooperados possam exercer cargos de dirigentes, ou para que tenham poder de voto, e conseqüentemente de decisão, é mister que sejam associados. Já os prestadores de serviços e os colaboradores não necessitam, prioritariamente, serem associados em cooperativas.

Tabela 3: Motivo do vínculo a cooperativas

Qual motivo levou você a se vincular a uma cooperativa?	%
Estocar e vender seus produtos	25,0
Por acreditar nos princípios cooperativistas	42,5
Por vínculo empregatício	40,0
Por vínculo estudantil	10,0
Por vínculo familiar	5,0
Ter acesso facilitado a bens de consumo	7,5
Ter acesso facilitado ao crédito	37,5

Fonte: Elaboração da autora.

A tabela 3 apresenta os dados referentes ao motivo que levou o egresso a vincular-se a uma cooperativa. Do total da amostra, 42,5% diz ter se vinculado a cooperativas por acreditar nos princípios cooperativistas, o que vem a afirmar que a amostra possui conhecimento sobre tal, e 37,5% para obterem acesso facilitado ao crédito. Entretanto, a amostra considerou mais de uma opção para motivar o vínculo a cooperativas. Assim, um mesmo egresso pode ter vinculado-se a cooperativas por mais de um motivo.

Os cooperados (pessoas vinculadas a cooperativas) possuem necessidades comuns e associam-se voluntariamente para obterem ajuda mútua em seus interesses, com vistas à eliminação de intermediários, a satisfação de suas necessidades e a obtenção de melhorias em sua situação econômica.



Gráfico 6: Participação em assembléias

Fonte: Elaboração da autora

Segundo demonstra o gráfico 6, 60% dos egressos afirmam participarem sempre de assembléias. Este dado revela que a amostra é participativa e têm interesse nas decisões e deliberações da(s) cooperativa(s) na(s) qual(ais) possui vínculo.

Entende-se que uma sociedade cooperativa é constituída pela adesão voluntária de pessoas e pela participação destas nas decisões relativas ao seu funcionamento. Assim, a participação dos associados na vida da cooperativa deve acontecer de maneira responsável e organizada. O sucesso do empreendimento somente ocorrerá com a participação efetiva de cada cooperado, todos assumindo o papel de verdadeiros donos. Conforme afirma Ricciardi e Lemos (2000):

[...] é preciso que ele (cooperado) se interesse pelo que é seu, realize efetivamente as operações previstas no Estatuto Social, busque informações sobre o andamento da sua empresa, procure a diretoria, peça esclarecimentos sobre o planejamento, programas, metas, estratégias e ações administrativas. Afinal, de tudo isso dependerá o êxito da sua empresa (RICCIARDI e LEMOS, 2000, p. 67).

Desta forma, a participação dos cooperados em Assembléias Gerais, Extraordinárias, em eventos, posses, reuniões, etc., é o que garantirá o êxito deste tipo de sociedade. Assim, pode-se dizer que a participação é a palavra chave do cooperativismo.

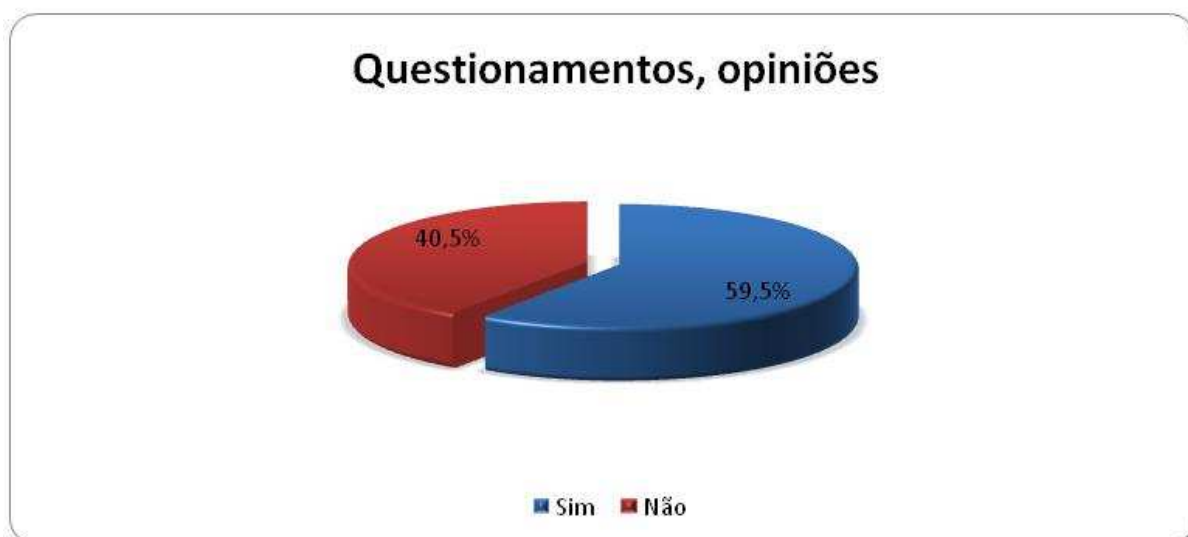


Gráfico 7: Frequência de opiniões, questionamento e sugestões

Fonte: Elaboração da autora

Segundo demonstra o gráfico 7, dos 37 egressos da amostra que disseram participar sempre ou esporadicamente das Assembléias, 59,5% afirmam que opinam, questionam ou dão sugestões. Este dado, apesar de expressivo, torna-se preocupante se levado em consideração os 40,5% dos associados que não se manifestam efetivamente das decisões e deliberações da(s) cooperativa(s) na(s) qual(ais) possui vínculo, mantendo-se alheio a estas.

O sistema cooperativo encerra em si o princípio da participação igualitária e efetiva. Desta forma, todo o cooperado, ao assumir-se como tal, deve ter em mente que sua participação é que garantirá o êxito da sociedade. Contrariamente, seu afastamento ou isolamento das decisões a serem tomadas pelos demais cooperados cerceará o direito de reclamar, caso algo não esteja bem. Na visão de Ricciardi e Lemos (2000):

Nesse aspecto, o associado deve refletir que, se ele aderiu à cooperativa para atender principalmente às suas próprias necessidades, optou pela ação em grupo. E seria uma incoerência comportar-se, na prática, individual e isoladamente. Quanto mais cooperados participarem, discutirem, examinarem e deliberarem em conjunto, maior apoio terá a direção da cooperativa, o que significa maiores oportunidades de acertar (RICCIARDI e LEMOS, 2000, p. 67).

Portanto, o comportamento de dono assumido e responsável será o alicerce da cooperativa



Gráfico 8: Desvínculo de cooperativas

Fonte: Elaboração da autora

O gráfico 8 apresenta dados sobre os egressos já terem se desvinculado de cooperativas. Segundo os dados coletados, 90% dos egressos dizem nunca ter se desvinculado de cooperativas. Este dado reafirma que a amostra, ao vincular-se a cooperativas, tende a manter uma estabilidade no vínculo por conhecer e concordar com seus princípios.

Nas cooperativas, o ato de se desvincular é livre, tal qual a adesão, conforme a Lei nº 5.764/71, em seu art. 32, esclarece: “A demissão do associado será unicamente a seu pedido”. Ao sair, o ex-associado tem direito de receber as quantias vertidas, corrigidas monetariamente e juros. A administração não pode negar o pedido de desvínculo, desde que o associado esteja em dia com as suas obrigações.



Gráfico 9: Conteúdos desenvolvidos no Curso Técnico em Agropecuária
 Fonte: Elaboração da autora

O gráfico 9 mostra que 85% da amostra considera bom ou regular os conteúdos desenvolvidos no Curso Técnico em Agropecuária do IFRS- Campus Sertão. Por conteúdos, os dados analisados tiveram a intencionalidade de saber se os conhecimentos sobre o cooperativismo, vistos pelos egressos, foram suficientes para que os mesmos compreendessem sua constituição e funcionamento. Ainda, buscou-se saber se o processo de ensino aprendizagem sobre as questões ligadas ao cooperativismo foi construído de maneira satisfatória.

Entende-se que o processo de ensino e aprendizagem engloba diferentes aspectos, tais como a metodologia aplicada, a visão teórico-metodológica adotada pela escola, a infraestrutura oferecida, a formação dos professores, etc. Para esta pesquisa, foram considerados relevantes, os dados obtidos com vistas à prática desenvolvida pelos professores do IFRS- Campus Sertão para o ensino dos assuntos ligados ao cooperativismo, levando-se em consideração que o professor vivencia e constrói sua prática a partir de vivências e experiências sociais dentro do ambiente escolar. Neste aspecto, Freire (2005, p. 61) diz que: “Não há educação fora das sociedades e não há homens isolados”. E, no que diz respeito à forma como os conteúdos foram apresentados, os egressos mostraram-se satisfeitos.



Gráfico 10: Carga horária destinada ao cooperativismo no IFRS– Campus Sertão.
 Fonte: Elaboração da autora

Na continuidade da análise dos dados do gráfico 9, o gráfico 10 relaciona a carga horária do curso. Para 80% dos egressos a carga horária, destinada especificamente ao cooperativismo, foi considerada boa ou regular. Assim, observa-se haver concordância e aprovação dos egressos em relação ao curso, aos conteúdos e a carga horária sobre cooperativismo desenvolvidos durante a formação em Técnico em Agropecuária.

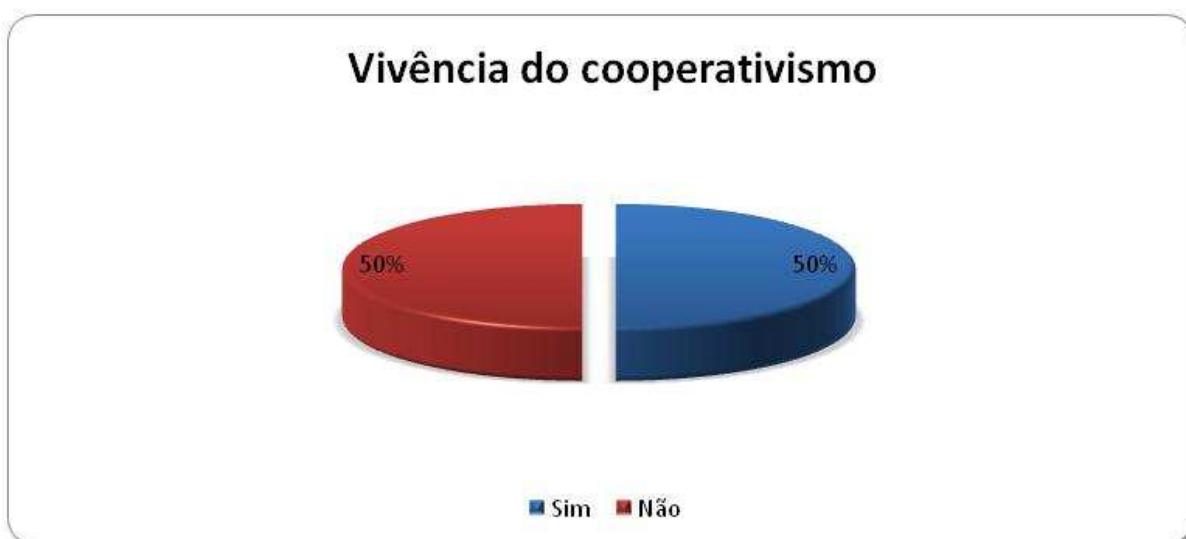


Gráfico 11: Vivência do cooperativismo no curso
 Fonte: Elaboração da autora

O gráfico 11 demonstra uma clara divisão de opiniões sobre a vivência do cooperativismo na formação do curso Técnico em Agropecuária do IFRS– Campus Sertão. A metade da amostra, 50%, diz ter vivenciado o cooperativismo durante o curso e 50%, contrariamente, diz que esta vivência não ocorreu.

Por vivência do cooperativismo no curso, entende-se as práticas efetivas relacionadas ao cooperativismo, que podem ser apresentadas em forma de visitas, estágios, participação em cooperativas escolares, e outras formas onde o aluno possa realizar a prática cooperativa de fato, aliando os conceitos vistos em sala de aula à prática vivenciada nas próprias cooperativas. Sabe-se que a teoria dissociada da prática, e vice-versa, não constituem um

processo de ensino e aprendizagem completo, onde o aluno possa tornar-se crítico do seu saber e fazer. Para Andrioli (2004):

A práxis é o processo em que, a partir da materialidade, a consciência humana reflete a prática e produz uma nova forma de intervenção na realidade, continuando o movimento numa nova abstração da realidade e assim sucessivamente. É isso que conceitualmente foi denominado como Teoria Dialética do Conhecimento. A educação é precisamente o momento teórico de reflexão da prática, embora se converta em prática ao ser desenvolvida. Podemos compreender assim, a importância do uso das categorias teóricas para entender uma prática e, conscientemente, transformá-la (ANDRIOLI, 2004, artigo eletrônico).

Aliar a teoria à prática, construindo uma aprendizagem significativa, resulta em um saber baseado na vivência e na experiência dos conceitos vistos em sala de aula e, conseqüentemente, na sua discussão, reflexão e possíveis mudanças

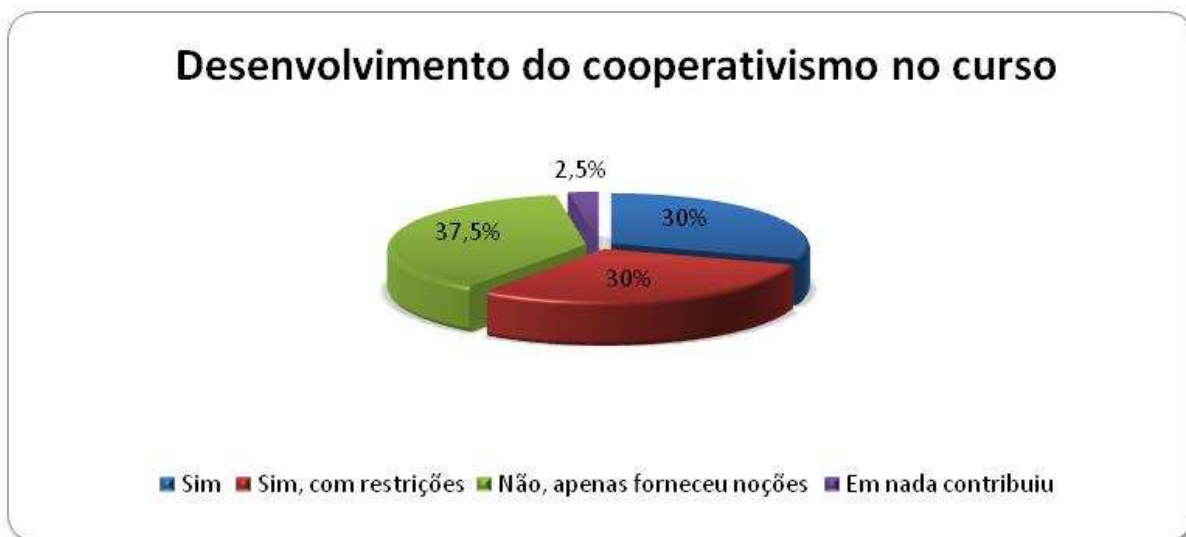


Gráfico 12: Estímulo ao desenvolvimento do cooperativismo

Fonte: Elaboração da autora

O gráfico 12 demonstra dados referentes ao estímulo recebido, pelos egressos, durante o curso Técnico em Agropecuária do IFRS– Campus Sertão, para vincular-se a cooperativas. Buscou-se saber se o aluno do curso sentiu-se motivado a participar do sistema cooperativo, seja como associado ou dirigente, engajando-se neste sistema para construir sua vida econômica futura.

Conforme os dados coletados, 37,5% da amostra diz que o curso apenas forneceu noções sobre o cooperativismo. Este dado revela que o cooperativismo não foi apresentado de maneira cativante para o aluno, pois sabe-se que são funções de habilidades sociais do educador despertar motivação, efetivar a disciplina e transmitir informações. O planejamento do processo ensino-aprendizagem necessita de interação educador/educando/conhecimento, que vai além da transmissão de conhecimentos, perpassando pelas relações interpessoais que devem facilitar todo esse processo (DEL PRETTE, Org, 2001).

Tabela 4: Dificuldades encontradas na prática cooperativa

Após sua formação, ao participar de uma cooperativa, quais as principais dificuldades que você encontrou?	%
Falta de conhecimentos teóricos sobre o cooperativismo	20,0
Falta de conhecimentos técnicos (aspectos contábeis, financeiros, tributários) sobre o cooperativismo	35,0
Falta do conhecimento e desenvolvimento de atividades práticas do cooperativismo	30,0
Vincular teoria à prática	42,5
Não houve dificuldades	10,0

Fonte: Elaboração da autora.

Os dados da tabela 4 revelam que a maior dificuldade encontrada pela amostra, ao participar de uma cooperativa, foi a de vincular a teoria à prática, 42,5%, seguida da falta de conhecimentos técnicos.

O processo de ensino e aprendizagem pressupõe dois momentos fundamentais: o teórico e o prático. Um momento, entretanto, não é indiferente e nem pode estar dissociado do outro, pois ambos se complementam e se completam. Dessa forma, uma educação escolar em que estes dois momentos não aconteçam de maneira integrada, pode ser considerada como uma educação incompleta, falha.

Como já visto anteriormente, a amostra entrevistada referiu-se à falta da vivência do cooperativismo, durante o curso, como um ponto negativo a este. Neste quadro, a falta de vivência do cooperativismo fica ainda mais clara, pois os egressos referiram-se às dificuldades, após sua formação, em aliar a teoria à prática do cooperativismo. Assim, pode-se dizer que o IFRS– Campus Sertão deixa em aberto a vivência das práticas cooperativas de fato, não fornecendo a seus alunos oportunidades reais de vivenciar o cooperativismo de maneira concreta.

Para Andrioli (2004):

A intervenção teórica produzida sobre a prática se constitui no principal momento cooperativo, de explicitação dos conflitos e provocação de rupturas. As mudanças operadas nas práticas, em decorrência da reflexão teórica, são o produto histórico que serve de base para o desenvolvimento de novas práticas futuras (ANDRIOLI, 2004, artigo eletrônico).

Entende-se, portanto, que a vivência do cooperativismo – ou a falta dela – na formação de técnicos em agropecuária é de fundamental importância para sua vida profissional futura, estando ela diretamente ligada ao cooperativismo ou não, pois o modelo cooperativista está, intrinsecamente associado aos assuntos agrícolas.

Tabela 5: Dificuldades na difusão do modelo cooperativo

Em sua opinião, o que mais dificulta a difusão do modelo cooperativo?	%
Desconhecimento dos princípios e benefícios do cooperativismo	37,5
Falta de incentivos para a formação de cooperativas	0,0
Exemplos negativos de cooperativas em dissolução ou dissolvidas, na região	57,5
Falta de disciplina ou cursos de cooperativismo nas escolas e universidades	25,0
Falta de estímulo governamental	5,0

Fonte: Elaboração da autora.

A tabela 5 revela que, para 57,5% da amostra, a dificuldade na difusão do modelo cooperativo está ligado aos exemplos negativos de cooperativas em dissolução ou dissolvidas, na região. É importante citar, também, que ligado aos exemplos negativos, estão, para 37,5% dos egressos, o desconhecimento dos princípios e benefícios do cooperativismo.

Evidenciando os dados anteriormente vistos, entende-se que há uma lacuna na formação técnica em agropecuária no que diz respeito ao entendimento sobre o sistema cooperativista. Esta afirmação toma como base os dados ora apresentados, que salientam a falta de conhecimento sobre os princípios cooperativos, seus benefícios e aplicabilidades e que contribuem para a decadência deste modelo na atualidade econômica mundial. Conforme argumentam Vargas e Guimarães (2008):

De acordo com o Congresso Brasileiro de Cooperativismo (1997), o cooperativismo é definido como uma forma de organização que, de maneira firme, potencializa recursos materiais e humanos, contendo em si mesmo algo que é valorativo, algo que se deve gostar; diferente da globalização, que padroniza as ações das pessoas e não as entusiasma. Diante do fato da globalização, ocorrem vários problemas, como o descrédito do sistema cooperativista que é atrelado não somente a globalização, mas ao capitalismo em si (VARGAS e GUIMARÃES, 2008, s/p).

Pode-se dizer que muitos dos problemas enfrentados por cooperativas, na atualidade, são decorrentes da falta de uma formação amplamente voltada ao cooperativismo, que reafirme seus princípios, objetivos e aplicabilidades e que coloque este sistema de cooperação, não somente como uma forma de gerenciamento econômico, mas como um modelo, um princípio de vida, voltado à cooperação e integração entre as pessoas. Tal modelo estaria voltado ao resgate de valores éticos como a solidariedade e o altruísmo, esquecidos no modelo econômico capitalista.

Tabela 6: Meio para atualizar-se

Após sua formação, qual meio você mais utiliza para se atualizar?	%
Internet	70,0
Jornal	17,5
Revistas	15,0
Rádio e TV	32,5
Assistência Técnica	22,5

Fonte: Elaboração da autora.

A tabela 6 demonstra que a amostra utiliza-se da internet (70%), como o meio mais frequente para atualizar-se. Sabe-se que o primeiro meio de comunicação de massa foi o jornal impresso, fruto da imprensa de Guttemberg, no século XVI. Após o jornal, o meio de comunicação de massa mais popular, na Modernidade, século XIX, foi o rádio, especialmente difundido na Primeira Guerra Mundial, como único meio para a transmissão nas notícias da guerra.

Posteriormente, já na Pós-modernidade, século XX, a televisão surge como o meio de comunicação de massa mais difuso entre a população, pois, como salienta Sodré (2002), é um meio de comunicação mais poderoso, aquele que mais influencia o receptor, portanto, o meio mais persuasivo que existe, é responsável por uma relação social abstrata, passiva e modeladora dos acontecimentos.

Atualmente, a era da informatização, da globalização, do conhecimento e da tecnologia, século XXI, elegeu a internet como o meio de comunicação mais novo e mais eficaz, entretanto, ainda o menos abrangente, já que para ter acesso a ela, é preciso ter um computador, e meios de acesso (telefone, provedor, acesso remoto).

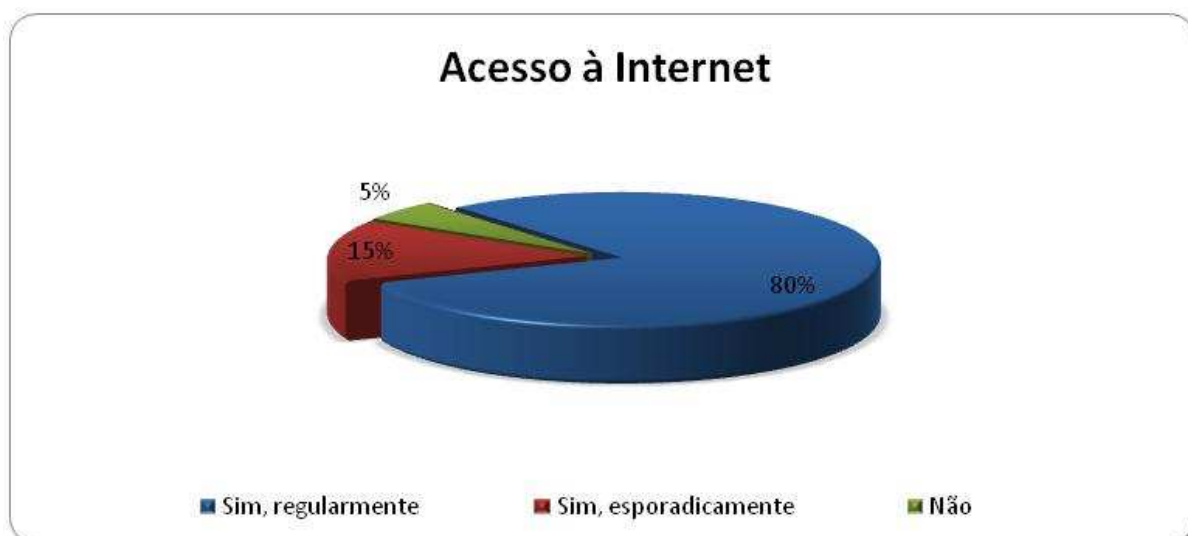


Gráfico 13: Regularidade de acesso à internet

Fonte: Elaboração da autora

Tabela 7: Sites mais acessados

Caso afirmativo, quais sites você mais acessa?	%
Notícias	87,5
Esportes	32,5
Jogos e entretenimento	5,0
Relacionados ao agronegócio	57,5
Relacionamento pessoal	30,0
Mercado econômico-financeiro	57,5
Relacionados ao cooperativismo	22,5
Outro	5,0

Fonte: Elaboração da autora.

Os dados da tabela 7 dizem respeito ao acesso a sites, na internet. Dentre os sites mais acessados, os de notícias representam 87,5%, seguido de sites relacionados ao agronegócio e mercado econômico-financeiro, com 57,5% de preferência, cada um.

Levando-se em consideração que os egressos referiram-se a atualização de seu meio profissional, fica evidente que o acesso a sites de notícias e relacionados ao agronegócio estejam entre os mais acessados. Observa-se, entretanto, a baixa incidência de acesso aos sites relacionados especificamente ao cooperativismo. Pode-se dizer que os sites referentes a notícias e sobre o agronegócio ofereçam conteúdos relacionados ao cooperativismo, o que justificaria o baixo índice de acesso, referido pelos egressos.

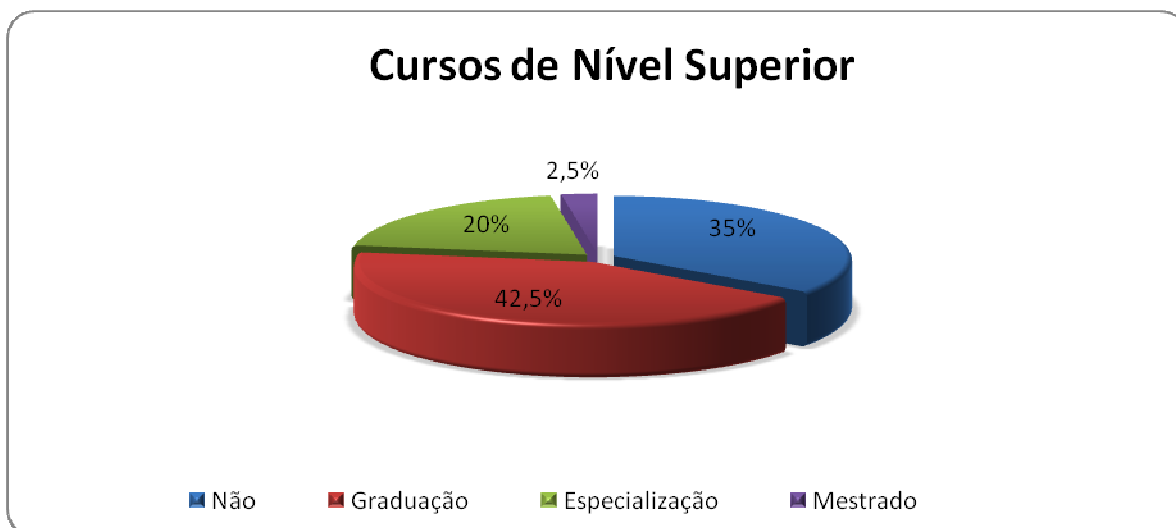


Gráfico 14: Formação em Nível Superior

Fonte: Elaboração da autora

Os dados do gráfico 14 demonstram que a maioria dos egressos, 65%, afirma ter ingressado em algum curso de nível superior após a conclusão do Curso Técnico em Agropecuária. Destes, 62,5% dizem ter cursado ou estar cursando a graduação e 20%, seguiu com alguma especialização. Do total da amostra que cursou ou está cursando o nível superior, 50% afirma ter dado continuidade à área de formação de Técnico em Agropecuária.

É importante analisar os 50% da amostra que não seguiram, em nível superior, com especialização na área do agronegócio. Entende-se que para a juventude rural é necessário construir cenários que possibilitem aos mesmos vivenciar a perspectiva de futuro, ofertando a concreta possibilidade de permanecer no campo e melhorar de vida, alcançando maiores padrões de satisfação de seus direitos, e principalmente de acesso à escolarização continuada, desde os níveis mais básicos até o terceiro grau. O interesse dos jovens pela vida no meio rural passa pela valorização de suas iniciativas, portanto, pela responsabilidade que eles puderem assumir no interior das unidades produtivas.

Abramovay (et al., 1998), em pesquisa sobre a realidade da juventude rural, constatam que a maior parte dos jovens (homens) “gostaria de ter na agricultura sua realização profissional” (p.87). Esta contrapõe a opinião tão frequente de que o acesso à educação é um elemento de estímulo ao abandono do meio rural. Os autores percebem que há uma clara consciência, por parte das novas gerações, da importância da educação para o exercício da profissão agrícola. A pesquisa não comprovou a afirmação recorrente de que fica na roça o filho com menos estudo.

Destacam que as iniciativas da “Pedagogia da Alternância¹⁴” que estão acontecendo em todo o país “apontam para novas formas de despertar o interesse dos jovens para sua realização profissional e pessoal num meio que eles conhecem e que pode ser valorizado com seu trabalho” (ABRAMOVAY, 1998, p.87).

Como último item, o questionário de investigação solicitou aos egressos que deixassem comentários e sugestões para o curso de Técnico em Agropecuária. A seguir,

¹⁴ A Pedagogia da Alternância é tida como uma metodologia para organizar a educação do campo, a partir de uma escola diferenciada na perspectiva de reverter o processo de que o jovem sai do campo para estudar e estuda para sair do campo. Desde sua origem a alternância foi definida pelos agricultores como a forma de organização escolar mais adequada aos ritmos do campo e um currículo que privilegie a formação integral, humanista, além da formação profissional dos jovens agricultores. Este deveria ter conhecimento dos porquês dos fenômenos (BEGNAMI, 2004).

encontra-se uma síntese do que foi deixado pelos egressos e que também ficam como sugestão ao IFRS– Campus Sertão, por parte da pesquisadora.

4.1. Sugestões

- Incluir a disciplina de Cooperativismo no Curso Técnico em Agropecuária e no Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio;
- Durante o curso, é necessário dar maior ênfase na dinâmica de funcionamento de uma cooperativa e seus princípios, através de exemplos práticos e visitas;
- Durante o Curso Técnico em Agropecuária, apresentar as vantagens e os benefícios que o associado possui, ao participar de uma cooperativa, bem como, a importância de sua participação e atuação;
- Maior objetividade nos conteúdos referentes ao cooperativismo, com atualidades constantes e priorizar o ensino teórico à prática;
- Realizar o aumento da carga horária da disciplina relacionada ao cooperativismo, dando-lhe maior ênfase;
- Propor mudanças no Estatuto da COOPEAFS (Cooperativa-Escola dos alunos da antiga Escola Agrotécnica Federal de Sertão) a fim de que todos os alunos possam experimentar o cooperativismo e sua gestão.

4.2. Comentários

A seguir, apresentam-se os comentários que os egressos, na ocasião da aplicação do questionário, deixaram registrado. Optou-se por colocar a íntegra dos comentários para melhor caracterizar a opinião da população de amostra, preservando a originalidade das falas. Os egressos foram identificados pelo ano de formação e nem todos os egressos deixaram o registro de suas sugestões.

Quanto à formação cooperativa oferecida pelo curso, esta é suficiente para o domínio e entendimento dos princípios cooperativos (Egresso com conclusão em 2006);

Na época tínhamos uma visão do que o sistema cooperativista poderia trazer de benefícios e quais os princípios a serem seguidos, o que em minha opinião me proporcionou uma adaptação mais tranquila no momento que ingressei para trabalhar no SICREDI (Egresso com conclusão em 1992);

Na época em que estudei cooperativismo na Escola, os estudos eram focados, basicamente, para uma cooperativa escola, não se aprofundando muito em outros modelos de empresas cooperativas (Egresso com conclusão em 1993);

A instituição oportunizou-nos uma noção prática do que é uma cooperativa pela existência de uma organização em funcionamento na escola durante o período do curso. Isso é de fundamental importância, pois nos dá uma idéia de como o sistema funciona, suas rotinas, vantagens e problemas. Como cada caso é um caso, acho que se poderia agregar muitos exemplos práticos das próprias cooperativas da região de abrangência, pois cada uma delas tem uma história particular de decisões acertadas ou não que as levaram à situação em que se encontram atualmente. Hoje existe um descrédito no sistema cooperativo pelos diversos casos de falências, problemas de ordem administrativa e outros. Na

maioria dos casos o produtor associado quer usufruir das vantagens da cooperativa e não quer ter nenhum comprometimento com a mesma. Acredito que o sistema pode ser viável, como nos mostram várias cooperativas (de pequeno e grande porte) em atividade na região. Entendo que o desafio da escola é fazer com que os alunos entendam que uma cooperativa como qualquer outra empresa, precisa ter uma gestão eficiente e profissional e está sujeita às turbulências do mercado (variação de preços de produtos, sazonalidades, mudanças de hábitos dos consumidores, concorrência, exigência de produtos de excelente qualidade, mudanças de tecnologia, custos financeiros elevados, causas trabalhistas, clientes inidôneos etc.) e para sobreviver precisa estar em constante mudança, revendo o planejamento e fazendo ajustes (Egresso com conclusão em 1987);

Acredito que dar uma atenção especial para este assunto na escola é fundamental para o desenvolvimento das pessoas como futuros profissionais da área e, também, para o desenvolvimento pessoal, pois afinal de contas, cada vez mais o cooperativismo fará parte das nossas vidas, seja ele em qual ramo for, e também porque o cooperativismo é uma alternativa viável que está se apresentando e tomando força em vários setores da economia. Quanto aos exemplos negativos que tivemos no cooperativismo é justamente por falta de conhecimento do assunto e como um dos princípios do cooperativismo é a formação/educação, defendo que cada vez mais devemos ter pessoas conhecedoras do assunto. Defendo que as escolas, universidades e cursos de especializações devem abordar mais esse tema e difundir o conhecimento sobre cooperativismo (Egresso com conclusão em 1997);

Fiz minha formação em Administração/Comercio Exterior, após fiz um MBA em Gestão estratégica de empresas, Pós em Gestão de Pessoas e estou finalizando um MBA em Gestão de Cooperativas, e nunca antes do MBA em Cooperativas, haviam citado em salas de aula, o que as cooperativas representam para o mundo, e somente agora, após 20 anos de estudo, fui me dar conta do que é o cooperativismo mundial, o quanto é importante, e que vivenciar o cooperativismo em Administração, é ser moderno (Egresso com conclusão em 1996);

É preciso viver mais o cooperativismo e sensibilizar os alunos e não apenas falar ou apresentar lâminas, cooperativismo se vive e não se aprende somente lendo. Para ter idéia, eu saí do colégio nem sabia que existia a lei 5.764, quais os princípios, direitos e obrigações dos associados dentre outros básicos (Egresso com conclusão em 1985).

Considerou-se relevante transcrever as opiniões dos egressos, na íntegra, para enfatizar a importância do ensino sobre o cooperativismo no currículo do curso de Técnico em Agropecuária. Através das opiniões deixadas, percebe-se que a falta ou lacuna desta disciplina na formação técnica dificultou a vida prática profissional dos egressos e que estes consideram a disciplina um assunto importante, que deveria ser vivenciado na prática durante o curso de Técnico em Agropecuária.

Os dados coletados configuram-se reveladores quando confrontados com a prática docente no IFRS– Campus Sertão. Segundo os documentos investigados, a história oral relatada pela Direção, Coordenação de Ensino, professores e os alunos egressos (população de amostra), não havia, até o presente momento, um levantamento que apontasse a importância do ensino sobre o cooperativismo no Campus, razão pela qual tomou-se como surpresa os resultados obtidos.

Ainda, segundo a Coordenação de Ensino, levantamentos como este são importantes para que o Campus possa avaliar sua metodologia de ensino, bem como os conteúdos desenvolvidos no currículo, que devem ser flexíveis e acompanhar as exigências de mudanças, cada vez mais aceleradas e constantes, afim de estarem sempre em consonância com a atualidade.

5. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa levou em consideração as respostas obtidas da população de amostra, constituída de 40 alunos egressos do curso de Técnico em Agropecuária do IFRS– Campus Sertão, concluintes entre os anos de 1984 a 2008.

Os dados coletados apontam para algumas considerações importantes sobre o ensino do cooperativismo no referido Campus. Tomando-se como referência a estrutura curricular do curso e sabendo-se que houve uma série de reestruturações em sua grade curricular, pode-se dizer que a disciplina de cooperativismo é parte integrante do curso, porém, não uma parte principal, já que seus conteúdos, nos anos de 1982 a 1989 e 1998 a 2000, não foram contemplados na grade curricular.

Ainda, nos anos de 1990 a 1997 e 2001 a 2008, a disciplina de cooperativismo flutuou, ora como integrante da parte técnica do curso, ora como integrante da parte diversificada do Ensino Médio e, ora com seus conteúdos diluídos na disciplina de Sociologia Rural e Associativismo. Assim, entende-se que a disciplina de cooperativismo, no curso Técnico em Agropecuária do IFRS– Campus Sertão, não ocupa lugar de destaque em seu currículo.

A pesquisa aponta para uma lacuna ou carência de conteúdos no ensino sobre o cooperativismo no IFRS– Campus Sertão. Este resultado pode ser visto tomando-se como base os dados coletados, apresentados anteriormente, e que indicam que os alunos egressos do referido curso sentiram, em sua vida profissional, atuando em cooperativas, dificuldades em aliar a teoria vista no curso técnico e o cotidiano profissional.

Além disso, os dados apontam para a insatisfação da amostra quanto à falta de vivência prática do cooperativismo durante o curso. Os egressos, neste aspecto, sugerem que sejam implementadas ações que permitam a vivência do cooperativismo, como visitas a cooperativas, estágios e outras formas de ação efetiva para a concretização da teoria vista em sala de aula.

Segundo os dados coletados, os alunos egressos buscam atualizar-se e informar-se sobre o cooperativismo, especialmente com a utilização da internet. Esta forma de buscar o conhecimento revela que a amostra está integrada com as novas tecnologias da informação e que estão atentos aos movimentos econômicos, políticos e sociais, tanto no âmbito nacional, quanto mundial. Assim, pode-se identificar pessoas que buscam integrar-se ao seu tempo, às novas formas de atuar e de pensar o mercado de trabalho e, por conseguinte, suas atuações profissionais. Dessa forma, suas atuações em cooperativas, sejam elas como associados, colaboradores, dirigentes ou prestadores de serviços, tendem a ganhar em qualidade e em objetividade. Entende-se que, se a amostra no decorrer de seu curso técnico houvesse recebido melhores estímulos ao cooperativismo, certamente esta forma de sociedade teria evoluído com maior rapidez, credibilidade econômica e social e com melhores resultados para seus associados.

Esta evolução qualitativa, certamente, teria modificado a visão dos egressos quanto à dificuldade de difusão do modelo cooperativo, associado, segundo eles, aos exemplos negativos de cooperativas em dissolução ou dissolvidas na região. Assim, neste contexto, um dos papéis que seriam destinados ao currículo do IFRS- Campus Sertão, seria o de auxiliar na construção de uma consciência em prol do cooperativismo, movimento que emerge como elemento de resistência às práticas capitalistas de precarização do trabalho. Neste sentido, seria fundamental a melhoria e o incremento da discussão sobre o cooperativismo no currículo da instituição, quer seja através de aulas expositivas, quer seja através de práticas cooperativas, como estágios e/ou visitas técnicas.

Os princípios cooperativos estão presentes na grande maioria das respostas dos egressos. Tanto para justificar sua adesão ao sistema cooperativo, quanto para reafirmar suas atuações e permanência em cooperativas como colaboradores, associados, dirigentes ou prestadores de serviços, os egressos evocam os princípios cooperativos como seu principal motivo. Coloca-se como dado de grande relevância o enfoque aos princípios cooperativos, pois estes estão, em muito, ligados aos valores éticos e morais que permeiam as sociedades organizadas.

Neste ponto, é importante destacar que os primeiros princípios cooperativos são o da livre adesão e da gestão democrática. Então, considera-se que o participante de cooperativas nela atua por concordar com sua constituição, características e fins. Entender e concordar com estes princípios significa conhecê-los. Daí que se pode concluir que o curso Técnico em Agropecuária do IFRS– Campus Sertão, apesar de não proporcionar a vivência prática do cooperativismo, demonstrou eficiência em explicar, teoricamente, o sistema cooperativo.

Esta observação pode ser confirmada tomando-se como referência os dados coletados que indicam satisfação com a carga horária e os conteúdos desenvolvidos sobre o cooperativismo no curso. Outro dado relevante aponta para o fato de os egressos que seguiram com sua formação em nível superior, na proporção de 50% destes, afirmam terem dado continuidade à área de formação de Técnico em Agropecuária.

Observa-se como dado relevante, a participação dos egressos nas Assembléias da(s) cooperativa(s) a(s) qual(is) estão vinculados. A amostra alcançou alto índice de participação e de atuação quanto às decisões e deliberações de interesse da sociedade cooperativa. Este dado aponta para a consciência da amostra em saber-se parte de um sistema no qual as decisões somente podem ser consideradas válidas quando deliberadas pela maioria de seus sócios, no caso, os cooperados.

De maneira geral, os dados da pesquisa revelam que os egressos têm conhecimento sobre o cooperativismo, suas características e constituição mais pela vivência como cooperado, dirigente, prestador de serviços ou colaborador em cooperativas do que propriamente através dos ensinamentos decorrentes do curso Técnico em Agropecuária. Entende-se que o processo de ensino e aprendizagem, especialmente em cursos técnicos tem por objetivo instigar a curiosidade sobre os assuntos decorrentes. Assim, é função deste apresentar os temas relevantes ao curso e aprofundar seus estudos, através de práticas e de experiências concretas.

Sabe-se que a educação e o processo de ensino e aprendizagem acontecem pela prática dos conceitos, pela vivência da teoria, pela experimentação do conhecimento através da prática. E o cooperativismo, enquanto disciplina ou conteúdo integrante de cursos técnicos somente poderá ser verdadeiramente apreendida através de sua vivência. Como prática social, o cooperativismo pressupõe ajuda, conviver; como prática educativa, o cooperativismo pressupõe vivência, experiência, prática efetiva.

O cooperativismo é decorrente de uma necessidade comum entre as pessoas e da consciência de superação conjunta de problemas, com vistas à obtenção de benefícios aos que cooperam. Para que ocorra o cooperativismo, portanto, são necessárias condições objetivas e subjetivas. A condição objetiva é a situação vivenciada geradora de problemas; a condição subjetiva é a tomada de consciência de que os problemas são comuns e de que, com a união, é possível superá-los, proporcionando vantagens mútuas. O processo de tomada de consciência e de organização é educativo, gerando conhecimento e sociabilidade.

O processo educativo, seja ele formal, não-formal ou informal, sempre é uma ação social, uma vez que está baseado nas relações que se estabelecem entre sujeitos, entre educadores e educandos, que se transformam em aprendizes um do outro. Não há como fugir da sociabilidade, e a educação, por si mesma, já a pressupõe e a intensifica. “A educação,

indiferentemente do conceito que adotamos, sempre se apresenta como uma ação entre sujeitos, isto é, como uma ação social” (BOUFLEUER, 1997, p. 22).

Conforme Paulo Freire (2005), o aprender é anterior ao ensinar e, com o desenvolvimento da escola, ambas as capacidades se entrelaçam, sendo impossível diferenciá-las em momentos estáticos diferenciados:

Ensinar inexistente sem aprender e vice-versa e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens aprenderam que era possível ensinar. Aprender precedeu ensinar ou, em outras palavras, ensinar se diluía na experiência realmente fundante de aprender (FREIRE, 2005, p. 26).

A atividade educativa, como processo de humanização, mostra a necessidade que temos de nos relacionarmos com as outras pessoas para nos tornarmos humanos. O trabalho do educador, que se educa com sua prática educativa, é perguntar sobre a finalidade do que é humano e construir consciências que possam, livremente, optar e se responsabilizar pelas suas ações. Para o educador, a maneira de se educar é precisamente a interrogação sobre as finalidades, os fins e os objetivos do que ele faz. “A educação dos educadores começa por um ato pelo qual o homem tem a possibilidade de ser um homem, quer dizer, decidir sobre a escolha de seus fins” (GADOTTI, 1992, p. 31).

Assim, como as estruturas sociais são criações humanas, a educação absorve a carga ideológica da tradição e atribui significados a tudo o que herda da sociedade. Podemos afirmar que a educação está fundada no meio social onde ela atua e por isso não é neutra:

Pode atuar como reprodutora do meio ou contribuir para a sua superação. A educação é um espelho da sociedade na qual se realiza. As estruturas sociais, os costumes, as ideologias, aquilo que a sociedade valoriza, tudo isto é que cria o sistema educacional” (GANDIN, 1988, p. 52).

Por isso, a educação também é um espaço de poder, pois pode gerar a reprodução conservadora das relações sociais presentes na sociedade ou a sua transformação em novas formas de sociabilidade. Não há neutralidade na educação. Todo trabalho é social e o trabalho educativo está diretamente relacionado a interesses de grupos que se manifestam tanto na escola como em toda a sociedade e constituem o que entendemos por cultura dominante.

O cooperativismo e a educação são frutos da cultura humana, da prática social, da sociabilidade, do relacionamento humano. Por isso, o cooperativismo pode oferecer elementos importantes para a educação, se considerarmos a cooperação como a base da sociabilidade. É o que pensa Maturana (1999), ao afirmar que somente são sociais as relações que se baseiam na convivência humana, no respeito e na aceitação recíproca ao outro. A cooperação, portanto, está na raiz da sociabilidade:

A convivência social se funda e se constitui na aceitação, no respeito e na confiança mútuos, criando assim um mundo comum. E, nessa aceitação, nesse respeito e nessa confiança mútuos é que se constitui a liberdade social. Isto é assim porque a constituição biológica humana é a de um ser que vive no cooperar e no compartilhar, de modo que a perda da convivência social traz consigo a enfermidade e o sofrimento (MATURANA, 1999, p. 97).

O cooperativismo e a educação são práticas sociais e, em consequência, ambos são espaços de poder na sociedade. Outra relação importante é que tanto o cooperativismo como a educação surgiram como produtos sociais decorrentes de necessidades humanas. O cooperativismo, enquanto estrutura, é posterior à prática da cooperação, assim como a escola é mais recente que a educação.

A capacidade de aprender, condição para a educação, é decorrente de necessidades humanas, do conjunto de desafios que as mulheres e homens encontraram para resolver problemas da sua vida. Assim, podemos afirmar que o início da aprendizagem humana procede do ato cooperativo inicial em que, diante de problemas concretos vivenciados, os seres humanos foram capazes de encontrar soluções e reconstruí-las através de seus coletivos.

A aprendizagem é um processo cooperativo e a cooperação volta a ser um permanente processo de aprendizagem: a prática social da convivência humana. O cooperativismo carece do espaço educativo para se reproduzir e a educação, baseada na convivência, decorre das relações cooperativas das pessoas.

6. REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *et alii*. **Juventude e agricultura familiar**: desafios de novos padrões sucessórios. Editores: UNESCO; FAO; EPAGRI; INCRA, 1998.
- ALBERTI, Verena. **História Oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1990.
- ALVES, Francisco de Assis; MILANI, Imaculada Abenante. **Sociedades Cooperativas**: Regime jurídico e procedimentos legais para sua constituição e funcionamento. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2003.
- ALVES, Giovanni. **Toyotismo. Novas Qualificações e Empregabilidade**: Mundialização do capital e a educação dos trabalhadores no século XXI. Revista de Estudos da Educação, v10, n16, p.61-76. Maceió, 2002.
- ALVES, Jorge de Jesus Ferreira. **O Cooperativismo e os Princípios Cooperativos na Constituição Portuguesa**. Portugal, Coimbra: Editora Coimbra, 1980.
- ANDRIOLI, Antônio Inácio. **Trabalho coletivo e educação**: um estudo de práticas cooperativas em escolas na Região Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Revista Espaço Acadêmico, nº 34 março: 2004. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/034/34pc.andriolli.htm>. Acesso em 13 abr. 2010.
- BECHO, Renato Lopes. **Tributação das cooperativas**. São Paulo: Dialética, 1997.
- BEGNAMI, João Batista. **Uma Geografia da Pedagogia da Alternância no Brasil**, in Documentos Pedagógicos. UNEFAB, 2004.
- BITTENCOURT, Gilson Alceu. **Cooperativas de crédito solidário**: constituição e funcionamento. Estudos NEAD 4, 2ed., São Paulo, 2001.
- BOUFLEUER, José Pedro. **Pedagogia da ação comunicativa**: uma leitura de Habermas. Ijuí: UNIJUÍ, 1997.
- BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. **Define a Política Nacional de Cooperativismo**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 10 de janeiro de 2010.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em <http://www.portaldomec.gov.br>. Acesso em 10 de janeiro de 2010.
- BROSE, Markus, **Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local**: 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho. Santa Cruz o Sul: EDUNISC, 2000.
- BULGARELLI, Waldírio, **Sociedades comerciais**. 8ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- CAPDEVILLE, Guy. **O ensino superior agrícola no Brasil**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa – Imprensa Universitária, 1991.
- CASAROTTO FILHO, Nelson, PIRES, Luis Henrique. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local**. São Paulo: Atlas, 2001.
- DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira (Org.). **Psicologia escolar, saúde e qualidade de vida**: explorando fronteiras. Campinas: Alínea, 2001.

FEE – Fundação de Economia e Estatística. Página eletrônica disponível em <http://www.fee.tche.br>. Acesso em 27 de fevereiro de 2010.

FERREIRA, Cândido Guerra. **A economia popular solidária em Belo Horizonte: um estudo exploratório**. Texto de discussão n. 255. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2005.

FRANTZ, Walter. **Sentidos e significados em práticas cooperativas**. III Encontro de Investigadores Latino-americanos de Cooperativismo. São Leopoldo: Unisinos, 2004. Disponível em <http://www.redelaldia.org>. Acesso em 25 de junho de 2008.

_____. **O Cooperativismo e a prática cooperativa**. In: Perspectiva econômica. Ano XIX, nº 51, Série Cooperativismo, nº 16, São Leopoldo: Unisinos, 1985, p.53-70.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 31ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido**. Revista Educação e Sociedade, v26, n32, Outubro de 2005. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 15 de dezembro de 2009.

GADOTTI, Moacir. **Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1983.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária e o projeto de outra mundialização. **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, 2004a., p. 802.

GANDIN, Danilo. **Escola e transformação social**. Petrópolis: Vozes, 1988.

GELAIN, Américo Claudino. **CAMOL: Cooperativa Agrícola Mista Ourense Ltda**. Porto Alegre: Edições EST, 2008.

GUEDES, Cezar Augusto Miranda. O mercado de trabalho nos anos noventa: tendências e perspectivas. **Revista Universidade Rural – Série Ciências Humanas**, v.25, nº 1/2, Jan./Dez. Seropédica: Editora Universidade Rural, 2003.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000**. Página eletrônica disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 27 de fevereiro de 2010.

_____. **Censo Agropecuário 2007**. Página eletrônica disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 27 de fevereiro de 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 1998.

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Secretaria de Desenvolvimento Rural. **Cooperativismo**. Brasília, 2008.

MARQUES, Mario Osorio. **A aprendizagem na mediação social do aprendido e da docência**. Ijuí: Editora Unijuí, 1995.

MATURANA, Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Tradução de José Fernando Campos Fortes. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MAUÉS, Olgaíses Cabral; GOMES, Elenice; MENDONÇA, Fernanda Lopes. **Políticas para a educação profissional média nos anos 1997-2007**. Revista Trabalho e Educação, v17, n 01, jan/abr., 2008. Disponível em <http://www.ia.ufrj.br>. Acesso em 23 de janeiro de 2010.

OCB. **Organização das Cooperativas Brasileiras**. Página eletrônica disponível em <http://www.ocb.org.br>. Acesso em 15 de dezembro de 2009.

- OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Manual de gestão das cooperativas: uma abordagem prática**. 3ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- OLIVEIRA, Nestor Braz de. **Cooperativismo: guia prático**. Porto Alegre: Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, 1979.
- PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional. **Escola Agrotécnica Federal de Sertão**. Sertão, junho de 2006.
- PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Página eletrônica disponível em <http://www.pnud.org.br>. Acesso em 27 de fevereiro de 2010.
- POCHMANN, Márcio (Org.). **Reestruturação produtiva: perspectiva de desenvolvimento local com inclusão social**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- POLONIO, Wilson Alves. **Manual das sociedades cooperativa**. 2ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- RICCIARDI, Luiz; LEMOS, Roberto Jenkins de. **Cooperativa, a empresa do século XXI: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos**. São Paulo: LTr, 2000.
- SÁ, Carlos Augusto Ferreira. **Economia Solidária em Mato Grosso do Sul: desafios e possibilidades**. Monografia (Especialização). Campo Grande: UNAES, 2005.
- SCHARDONG, Ademar. **Cooperativa de crédito: instrumento de organização econômica da sociedade**. Porto Alegre: Rígel, 2002.
- SCHNEIDER, Tereza Maria Gasporotto; WACKERRITT, Henriqueta Kopsch Von. **Direito e legislação**. 6ed. Porto Alegre: Sagra, 1996.
- SILVA, Márcia; INVERNIZZI, Noela. **Qual educação para os trabalhadores no governo do Partido dos Trabalhadores? A educação profissional após o decreto 5154/2004**. IV Simpósio Trabalho e Educação, ago/2007. Disponível em <http://www.ia.ufrj.br>. Acesso em 23 de janeiro de 2010.
- SINGER, Paul. **Seminário Nacional sobre Economia Solidária, tecnologias sociais e inovações tecnológicas**. Outubro, 2008. Texto disponível em <http://www.sescsp.org.br>. Acesso em 10 de janeiro de 2009.
- SODRÉ, Muniz. **Sociedade, mídia e violência**. 2ed. Porto Alegre: Sulina, Edipucrs, 2002.
- SOUZA, José dos Santos. **Trabalho, qualificação, ciência e tecnologia no mundo contemporâneo: fundamentos teóricos para uma análise da política de educação profissional**. 2004. Revista da FAEEBA, Educação e Contemporaneidade, v.13, n.22. Salvador, jul/dez 2004. Disponível em <http://www.ia.ufrj.br>. Acesso em 23 de janeiro de 2010.
- TAUILE, José Ricardo; RODRIGUES, Huberlan. **Economia solidária e auto-gestão: a criação e re-criação de trabalho e renda**. Artigo eletrônico publicado em 2004 e disponível em <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em 15 de janeiro de 2009.
- VARGAS, Daiane Loreto de; GUIMARÃES, Gisele Martins. **A contribuição do jovem rural ao fortalecimento do cooperativismo: o caso da Coriscal – Cachoeira do Sul/RS**. Artigo eletrônico publicado em 30 de setembro de 2008, disponível em <http://www.webartigos.com>. Acesso em 24 de abril de 2010.
- YOUNG, Lúcia Helena Briski. **Sociedades Cooperativas: resumo prático**. 5ed. Curitiba: Juruá, 2006.

7. ANEXOS

ANEXO A - Questionário Diagnóstico



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO DE AGRONOMIA Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola

MESTRANDA: **Elisane Roseli Ulrich**

ORIENTADOR: **Prof. Dr. Cezar Augusto Miranda Guedes**

Questionário de Pesquisa para Elaboração de Dissertação

Prezado(a) ex-aluno(a),

Convido você para participar do trabalho de dissertação que irei apresentar como requisito para conclusão do Curso de Mestrado em Educação Agrícola, oferecido pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola – PPGA da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRRJ.

Ressalto que o sigilo do informante será preservado. Os dados somente serão publicados depois de totalizados, não havendo, portanto, identificação do respondente. Caso seja necessário qualquer esclarecimento, o telefone para contato é (54) 9966-0935 e o endereço eletrônico, elisaneu@yahoo.com.br.

O objetivo deste questionário é coletar subsídios que possam embasar meu trabalho, e na medida do possível, colaborar para a melhoria da qualidade do Curso Técnico em Agropecuária oferecido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Sertão.

Certa de sua colaboração, desde já agradeço.

I - DADOS DE ORDEM PESSOAL

1. Nome:	
2. Sexo: Feminino () Masculino ()	3. Estado civil: Casado () Solteiro () Outro ()
4. Cidade onde reside:	UF:
5. Localização da residência: Zona rural () Zona urbana ()	
6. Ano de formatura no Curso Técnico em Agropecuária:	

II – QUESTIONÁRIO DIAGNÓSTICO: Assinale a(s) alternativa(s) que se adequar(em) à sua realidade

1. Você sabe quais são os princípios que regem as cooperativas? () Sim () Não () Tenho noção

2. Em qual cooperativa você participa ou atua?	
<input type="checkbox"/> COOPEAFS	Desde que ano?
<input type="checkbox"/> COOPERGRÃO	Desde que ano?
<input type="checkbox"/> COOPLANTIO	Desde que ano?
<input type="checkbox"/> COTRIGO	Desde que ano?
<input type="checkbox"/> CRESOL	Desde que ano?
<input type="checkbox"/> SANTA CLARA	Desde que ano?
<input type="checkbox"/> SICREDI	Desde que ano?
<input type="checkbox"/> Outra. Qual? _____	Desde que ano?
3. Qual é o seu vínculo com esta cooperativa?	
<input type="checkbox"/> Associado	
<input type="checkbox"/> Colaborador (funcionário)	
<input type="checkbox"/> Dirigente	
<input type="checkbox"/> Prestador de serviços (sem vínculo empregatício)	
4. Qual motivo levou você a se vincular a uma cooperativa?	
<input type="checkbox"/> Estocar e vender seus produtos	
<input type="checkbox"/> Ter acesso facilitado ao crédito	
<input type="checkbox"/> Ter acesso facilitado a bens de consumo	
<input type="checkbox"/> Por vínculo empregatício	
<input type="checkbox"/> Por vínculo familiar	
<input type="checkbox"/> Por vínculo estudantil	
<input type="checkbox"/> Por acreditar nos princípios cooperativistas	
<input type="checkbox"/> Outro	
5. Você costuma participar das assembléias da cooperativa que você faz parte?	
<input type="checkbox"/> Sempre <input type="checkbox"/> Esporadicamente <input type="checkbox"/> Nunca	
6. Se participa, você questiona, opina ou dá sugestões no que é apresentado?	
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
7. Você já se desvinculou de alguma cooperativa?	
<input type="checkbox"/> Não	
<input type="checkbox"/> Sim. Por qual motivo?	

III - FORMAÇÃO

1. Na sua formação, como você considera os conteúdos desenvolvidos no Curso Técnico em Agropecuária, referentes ao cooperativismo?
<input type="checkbox"/> Excelente
<input type="checkbox"/> Bom
<input type="checkbox"/> Regular
<input type="checkbox"/> Ruim

<p>2. Como você considera a carga horária oferecida pelo curso, durante a sua formação, especificamente em relação ao cooperativismo, em conteúdos e atividades propostas?</p> <p>() Excelente () Bom () Regular () Ruim</p>
<p>3. No decorrer de sua formação no Curso Técnico em Agropecuária, houve a possibilidade de vivenciar o cooperativismo na prática?</p> <p>() Sim () Não</p>
<p>4. Em sua opinião, o currículo do seu curso técnico proporcionou o desenvolvimento do cooperativismo?</p> <p>() Sim () Sim, com restrições () Não, apenas forneceu noções () Em nada contribuiu</p>
<p>5. Após sua formação, ao participar de uma cooperativa, quais as principais dificuldades que você encontrou?</p> <p>() Falta de conhecimentos teóricos sobre o cooperativismo. () Falta de conhecimentos técnicos (aspectos contábeis, financeiros, tributários) sobre o cooperativismo. () Falta do conhecimento e desenvolvimento de atividades práticas de cooperativismo. () Vincular a teoria à prática. () Não houve dificuldades.</p>
<p>6. Em sua opinião, o que mais dificulta a difusão do modelo cooperativo?</p> <p>() Desconhecimento dos princípios e benefícios do cooperativismo. () Falta de incentivos para formação de cooperativas. () Exemplos negativos de cooperativas em falência ou falidas na região. () Falta da disciplina ou cursos de cooperativismo nas escolas e universidades. () Falta de estímulo governamental.</p>
<p>7. Após sua formação, qual o meio que você mais utiliza para se atualizar?</p> <p>() Internet. () Jornal. () Revistas. () Rádio e TV. () Assistência Técnica.</p>
<p>8. Você tem acesso a internet?</p> <p>() Sim, regularmente () Sim, esporadicamente () Não</p>
<p>9. Caso afirmativo, quais os sites que mais acessa?</p> <p>() Notícias () Relacionamento Pessoal () Esportes () Mercado econômico-financeiro () Jogos, entretenimento () Relacionados ao Cooperativismo () Relacionados ao Agronegócio () Outro. Especifique_____</p>

10. Após a conclusão do Curso Técnico em Agropecuária você ingressou em algum curso de nível superior?

Sim.

Não

Graduação

Especialização

Mestrado

Doutorado

11. Caso afirmativo, este (s) curso (s) dá (ão) continuidade à área de formação do Curso Técnico em Agropecuária?

Sim

Não

Apenas alguns

12 – Caso deseje, faça comentários e/ou sugestões em relação aos conteúdos de cooperativismo ministrados no curso em que se formou, e sua contribuição para as atuais exigências do mercado de trabalho nesta área.

Data: ___ / ___ / ____.

MUITO OBRIGADA PELA COLABORAÇÃO.

ANEXO B - Histórico Escolar com a primeira série em 1982



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL
CAMPUS SERTÃO

HISTÓRICO ESCOLAR

2ª via

Aluno: [REDACTED]
Nascido em: [REDACTED] Cidade: [REDACTED] Estado: RS
Filiação: [REDACTED]
Curso Anterior Concluído: Ensino de 1º Grau
Estabelecimento: [REDACTED]
Cidade: [REDACTED] Estado: RS
CURSO: TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA

DISCIPLINAS	Número de Horas	Nº de Faltas	SÉRIES			
			1ª/1982	2ª/1983	3ª/1984	
EDUCAÇÃO GERAL	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	240	7	5,0	7,3	7,8
	Língua Inglesa	60	2	8,0	.	.
	Educação Artística	60	5	.	7,8	.
	Geografia	60	-	8,2	.	.
	História	60	4	8,0	.	.
	Educação Moral e Cívica	60	-	.	8,3	.
	Organização Social e Política Brasileira	60	2	.	.	8,3
	Matemática	240	11	7,0	7,1	7,3
	Biologia	120	1	7,0	7,0	.
	Física	120	3	.	6,2	7,3
	Química	120	3	8,3	7,3	.
	Programa de Saúde	60	6	7,3	.	.
	Educação Física	270	11	8,8	8,5	9,5
	Ensino Religioso	30	2	.	8,8	.
SUB-TOTAL	1560	-	.	.	.	
FORMAÇÃO ESPECIAL	Redação e Expressão	60	8	.	.	7,3
	Estudos Regionais	60	1	.	.	7,3
	Administração e Economia Rural	90	9	.	.	7,0
	Desenho e Topografia	120	5	.	7,4	.
	Agricultura	120	28	7,8	7,2	8,0
	Zootecnia	120	18	7,7	7,0	7,5
	Culturas	600	25	8,0	8,0	.
	Criações	600	5	7,0	7,0	.
	Irrigação e Drenagem	90	13	.	.	8,0
	Construções e Instalações	90	14	.	.	8,0
	SUB-TOTAL	1950		.	.	.
ESTÁGIO	360		.	.	.	
TOTAL DE HORAS	3870		.	.	.	

ESTÁGIO JUNTO À EMPRESA: 360 Horas
RESULTADO FINAL: Aprovado com nota 9,0

ANEXO C - Histórico Escolar com a primeira série em 1990.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL
CAMPUS SERTÃO

HISTÓRICO ESCOLAR

Aluno: [REDAZIDO]
 Nascido em: [REDAZIDO] Cidade: [REDAZIDO] Estado: RS
 Filiação: [REDAZIDO]
 Curso Anterior Concluído: **Ensino de 1º Grau**
 Estabelecimento: [REDAZIDO]
 Cidade: [REDAZIDO] Estado: RS
 Curso: **TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA**

2ª Via

Disciplinas	Carga Horária	Nº de Faltas	SÉRIES			
			1ª/1990	2ª/1991	3ª/1992/93	
N Ú C L E O C O M U M	Língua Portuguesa	235	06	7,0	7,0	8,6
	Literatura Brasileira	101	02	7,7	5,4	9,2
	Língua Inglesa	64	-	-	9,1	-
	Educação Artística	39	-	7,3	-	-
	História	62	-	7,0	-	-
	Geografia	67	04	8,0	-	-
	Educação Moral e Cívica	31	-	8,2	-	-
	Organização Social e Política do Brasil	74	06	-	7,9	-
	Matemática	283	15	8,4	8,9	9,8
	Biologia	137	08	7,3	7,8	-
	Física	127	02	-	8,6	8,7
	Química	126	03	7,3	7,6	-
	Programas de Saúde	63	-	8,5	-	-
	Educação Física	283	12	9,0	8,9	9,0
	Ensino Religioso	34	-	10,0	-	-
SUB-TOTAL	1726	-	-	-	-	
P A R T E D I V E R S I F I C A D A	Redação e Expressão	74	04	-	-	7,9
	Estudos Reg.-Sociologia e Extensão Rural	71	08	-	-	8,4
	Administração e Economia Rural	60	03	-	-	7,2
	Cooperativismo	30	-	7,2	-	-
	Desenho e Topografia	126	02	-	7,2	-
	Agricultura I	262	04	7,0	-	-
	Agricultura II	271	04	-	7,0	-
	Agricultura III	241	05	-	-	7,6
	Zootecnia I	314	12	7,6	-	-
	Zootecnia II	220	12	-	7,6	-
	Zootecnia III	262	32	-	-	7,6
	Irrigação e Drenagem	100	12	-	-	7,4
	Construções e Instalações	119	04	-	-	9,1
	Mecanização Agrícola	70	-	-	7,2	-
	Indústrias Rurais	82	-	-	7,0	-
Estágio Supervisionado	360	-	-	-	7,7	
SUB-TOTAL	2662	-	-	-	-	
TOTAL GERAL	4388	-	-	-	-	

Resultado: APROVADO

ANEXO D - Histórico Escolar com a primeira série em 1998.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SERTÃO

HISTÓRICO ESCOLAR

2ª VIA

Aluno: [REDACTED]
Nascido em: [REDACTED] Natural: [REDACTED] RS
Pai: [REDACTED]
Filiação:
Mãe: [REDACTED]

Curso anterior concluído: ENSINO DE 1º GRAU

Estabelecimento: [REDACTED]

Cidade: [REDACTED] RS

Curso: TÉCNICO AGRÍCOLA – HABILITAÇÃO EM AGROPECUÁRIA

Disciplinas	Carga Horária	Faltas	Séries		
			1ª/1998	2ª/1999	3ª/2000
DESENHO TÉCNICO	82	08	7,1	.	.
AGRICULTURA GERAL	162	.	7,3	.	.
ZOOTECNIA GERAL	164	10	8,2	.	.
INTRODUÇÃO A AGROINDÚSTRIA	124	18	7,8	.	.
OLERICULTURA	160	08	.	7,2	.
CULTURAS ANUAIS	200	10	.	.	7,8
FRUTICULTURA/SILVICULTURA	160	08	.	.	7,9
MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA	82	04	.	7,7	.
DESENHO E TOPOGRAFIA	120	02	.	7,1	.
IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	80	04	.	.	7,0
CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES	80	12	.	.	7,0
AGROINDÚSTRIA	80	04	.	7,6	.
SUINOCULTURA	120	10	.	7,4	.
AVICULTURA	122	04	.	6,8	.
BOVINOCULTURA	160	04	.	.	7,8
CULTURAS ALTERNATIVAS	124	14	.	.	7,3
CRIAÇÕES ALTERNATIVAS	120	04	.	7,9	.
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	360	.	.	.	7,5
TÉCNICAS AGROPECUÁRIAS ORIENTADAS	160	08	8,4	.	.
DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL	84	08	7,7	.	.
Total:	2744	140			

Resultado Final: APROVADO

A 2ª Via do Histórico Escolar foi concedida em conformidade com a Portaria nº 696, de 06/10/1977. No Documento Original constaram os seguintes dados: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Escola Agrotécnica Federal de Sertão, Engº Luiz Englert – Sertão - RS. Data de emissão: 06/05/2002.

ANEXO E - Histórico Escolar do Ensino Médio com a primeira série em 2001.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO
SUL - CAMPUS SERTÃO

2ª via

HISTÓRICO ESCOLAR

Aluno: ██████████
Nascido em: ██████████ Cidade: ██████████ Estado: RS
Pai: ██████████
Filiação: ██████████
Mãe: ██████████
Curso anterior concluído: ENSINO FUNDAMENTAL
Estabelecimento: ██████████
Cidade: ██████████ Estado: RS
Curso: ENSINO MÉDIO

Áreas	Disciplinas	Carga Horária	Nº de Faltas	1ª Série/01	2ª Série/02	3ª Série/03
Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA BRASILEIRA	490	25	E	E	E
	LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA (INGLÊS)	122	2	-	E	E
	EDUCAÇÃO FÍSICA	252	6	E	ED	E
Ciências da Natureza, Matemática e Tecnologia	MATEMÁTICA	362	27	E	E	E
	QUÍMICA	244	14	E	E	E
	FÍSICA	244	6	ED	E	E
	BIOLOGIA	244	2	E	E	E
Ciências Humanas e Tecnologia	GEOGRAFIA	122	4	E	E	-
	HISTÓRIA	122	4	E	E	-
	SOCIOLOGIA	82	4	-	E	E
Parte Diversificada	INFORMÁTICA	84	-	-	-	E
	COOPERATIVISMO	44	-	E	-	-
TOTAL		2432	94			

Resultado Final: APROVADO

ANEXO F - Histórico Escolar com a primeira série em 2006.

<p align="center"> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL CAMPUS SERTÃO (Criado pela Lei nº. 11.892 de 29/12/2008) HISTÓRICO ESCOLAR </p>	Certificamos que o aluno ██████████ concluiu, no ano letivo de 2009, o Curso Técnico em Agropecuária , na Área Profissional Agropecuária, tendo sido considerado Evidenciado nas competências neste Histórico Escolar.		
	Nome: ██████████ Nascido em: ██████████ Naturalidade: ██████████ Nacionalidade: Brasileira Filiação: ██████████		
MÓDULO DE INFRA-ESTRUTURA		C.H	ANO
- Informática	40	2006	
- Mecanização	120	2007	
- Gestão/Planejamento	160	2007	
- Construções Rurais	80	2008	
- Irrigação	80	2007	
- Topografia	80	2008	
- Sociologia Rural e Associativismo	80	2006	
- Práticas Orientadas	80	2006	
Total	720		
MÓDULO DE PRODUÇÃO VEGETAL			
- Capacidade de uso e manejo de solos e clima	120	2006	
- Defesa sanitária Vegetal	40	2006	
- Cultivo in vitro de plantas	40	2007	
- Olericultura	160	2007	
- Meio Ambiente	60	2006	
- Paisagismo	40	2006	
- Culturas Anuais	160	2008	
- Fruticultura/Silvicultura	160	2008	
- Práticas Orientadas	80	2007	
Total	860		
MÓDULO DE PRODUÇÃO ANIMAL			
- Introdução à Zootecnia(D.S.A/Clima/Manejo)	120	2006	
- Plantas Forrageiras	40	2006	
- Criação de Pequenos Animais	160	2008	
- Criação de Animais de Médio Porte	120	2008	
- Criação de Animais de Grande Porte	160	2008	
- Práticas Orientadas	80	2008	
Total	680		
MÓDULO DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL			
- Introdução à Agroindústria	60	2006	
- Elaboração de Produtos	80	2007	
Total	140		
SUBTOTAL	2400		
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	360	2009	
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	2760		